

**UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DA REGIÃO
DO PANTANAL – UNIDERP**

MARCOS CESAR LOMBA

**TURISMO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
O CASO DE CORUMBÁ – MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPO GRANDE – MS
2004**

MARCOS CESAR LOMBA

**TURISMO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
O CASO DE CORUMBÁ – MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em nível de Mestrado Acadêmico em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Orientadora:
Profª. Drª. Albana Xavier Nogueira

Comitê de orientação:
Profª. Drª. Mercedes Abid Mercante
Prof. Dr. José Sabino

**CAMPO GRANDE – MS
2004**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UNIDERP

L839t Lomba, Marcos Cesar.
Turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes: o caso de Corumbá - Mato Grosso do Sul / Marcos Cesar Lomba. -- Campo Grande, 2005.
88 f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, 2005.
"Orientação: Prof^ª Dra. Albana Xavier Nogueira".

1. Turismo - Corumbá - Mato Grosso do Sul 2. Turismo de pesca
3. Turismo sexual 4. Exploração sexual de crianças e adolescentes
I. Título.

CDD 21.ed. 338.47918171
632.76

FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidato: **Marcos Cesar Lomba**

Dissertação defendida e aprovada em 21 de dezembro de 2004 pela Banca Examinadora:

Profa. Doutora **Albana Xavier Nogueira (Orientadora)**

Prof. Doutor **Alvaro Banducci Junior (UFMS)**

Profa. Doutora **Regina Sueiro de Figueiredo (UNIDERP)**

Prof. Doutor **Silvio Favero**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Profa. Doutora **Lúcia Salsa Corrêa**
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIDERP

Àqueles que através do dom da vida me deram a oportunidade de vivenciar o mundo do conhecimento e com ele sonhar com uma sociedade mais justa e solidária:
Meus pais, Neusa e Oswaldo (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta importante etapa da vida acadêmica não poderia deixar de registrar alguns agradecimentos especiais àqueles que colaboraram para a superação desse importante desafio, que culminou com a elaboração deste trabalho.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Albana Xavier Nogueira, que aceitou a difícil tarefa de orientar um tema cuja complexidade extrapolava nossas áreas de conhecimento e pacientemente conduziu-me à conclusão desta dissertação.

Aos demais membros do comitê de orientação, indicados pelo Programa de Mestrado, Prof^a. Dr^a. Mercedes Abid Mercante e Prof. Dr. José Sabino, que me privilegiaram com suas sugestões, enriquecendo as reflexões sobre o tema em questão.

Agradeço a Prof^a. Dr^a. Lúcia Salsa Corrêa, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIDERP, o apoio na concessão da bolsa auxílio à capacitação docente. Estendo meus agradecimentos a todos os integrantes desta Universidade, incluindo os administrativos e o quadro de docentes do Programa de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Incluo, ainda, meu apreço ao Prof. Dr. Valdir Antonio Taddei (in memoriam), coordenador do referido programa, quando de minha entrada, e à Prof^a. Dr^a. Mercedes Abid Mercante, que, com muita competência, vem dando continuidade ao trabalho iniciado pelo Prof. Dr. Taddei.

Ao Programa Sentinela de Corumbá, na pessoa de sua coordenadora Noemi Feitosa; à Prof^a. MSc. Sandra Amorim do CREIA – UFMS de Corumbá e ao COMCEX MS, na pessoa de sua secretária Eliane Barreto, que contribuíram significativamente para o entendimento do fenômeno da exploração sexual de crianças e de adolescentes.

Aos docentes e aos discentes do Curso de Turismo da UNIDERP, em especial à colega Prof^a. Clotilde, por me inspirarem diariamente ao conhecimento do complexo fenômeno que é o turismo.

Aos acadêmicos Adriano, Eliane e Saulemar, que, no ano de 2001, por meio de um trabalho me despertaram a debruçar sobre tão polêmico tema.

Por fim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, a minha mais sincera gratidão.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto	1 - Forte Coimbra, construído em 1775, localizado às margens do rio Paraguai, município de Corumbá	23
Foto	2 - Alambique de cana-de-açúcar instalado no início do século XX em Corumbá	25
Foto	3 - Composição fotográfica representando o intenso movimento dos barcos a vapor no porto de Corumbá início do séc. XX	26
Foto	4 - O casario de Corumbá construído pelos imigrantes no início do séc. XX	30
Foto	5 - Chegada do trem a Porto Esperança	31
Foto	6 - Prédio que se tornou cortiço após a decadência do comércio portuário	32
Foto	7 - Casario do porto, na atualidade	33
Foto	8 - Porto Geral às margens do rio Paraguai e vista da cidade de Corumbá ao fundo	35
Foto	9 - Vista aérea do Pantanal em Mato Grosso do Sul	36
Foto	10 - Barcos-hotel atracados no porto	39
Foto	11 - Antigo prédio da alfândega situado próximo ao porto	65
Foto	12 - Imediações do porto, onde se estacionam ônibus de turismo	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Quadro dos dados sobre a frota de barcos-hotel de Corumbá	40
Figura 2	- Gráfico do tipo de violência sexual contra a CA em Corumbá no período de 2001 a 2003	50
Figura 3	- Gráfico da frequência do vínculo do agressor com a vítima de violência sexual contra a CA em Corumbá de 2001 a 2003	51
Figura 4	- Gráfico do local de origem das exploradas	62
Figura 5	- Gráfico dos locais de exploração sexual comercial em Corumbá	63
Figura 6	- Mapa das áreas de exploração sexual de crianças e de adolescentes	64
Figura 7	- Gráfico da renda da família da vítima de violência sexual	69
Figura 8	- Mapa de sobreposição das áreas de exploração sexual às áreas de residência e áreas de pobreza	70
Figura 9	- Gráfico do gênero das CAs explorados sexualmente de Corumbá	71
Figura 10	- Gráfico da faixa etária dos explorados	72
Figura 11	- Gráfico da situação escolar das CAs exploradas	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da rede hoteleira de Corumbá, 1995-2000 ...	39
Tabela 2 - Violência Sexual contra crianças e adolescentes em Corumbá – MS nos anos de 2001, 2002 e 2003	50
Tabela 3 - Vínculo da vítima de violência sexual com o agressor (2001-2003)	51
Tabela 4 - Renda da família da vítima de violência sexual em Corumbá	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA(s)	Criança(s) e Adolescente(s)
ACERT	Associação Corumbaense de Empresas Regionais de Turismo
CMDCA	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
COMCEX COR	Comitê Municipal de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Corumbá
DAIJ	Delegacia de Atendimento à Infância e Juventude
DST/AIDS	Programa de Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida
CREIA-UFMS	Centro de Referência e Estudos da Infância e Adolescência da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Corumbá
EMBRATUR	Instituto Brasileiro do Turismo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESCA	Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes
IBISS-CO	Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social – Centro Oeste
FORUMCORLAD	Fórum Permanente de Entidades Não Governamental de Corumbá e Ladário
MS	Mato Grosso do Sul
OCCA	Organização Não Governamental de Cidadania, Cultura e Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIR	Plano de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Ministério do Trabalho
SEMACTUR	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Cultura e Turismo – Corumbá – MS

SETASS Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
 (Corumbá)

UFMS Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

E ainda...

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

(Capítulo I, Art. 7º e Título I, Art. 5º da Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente)

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOGRAFIAS	iv
LISTA DE FIGURAS	v
LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	vii
RESUMO	xii
ABSTRACT.....	xiii
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA CONTEXTUALIZA	06
1. INTERFACE: TURISMO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	06
1.1 Turismo: Do passado à modernidade	06
1.2 Exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto do turismo	10
1.3 Turismo no Brasil e em Mato Grosso do Sul	16
CAPÍTULO II – MÉTODO E PROCEDIMENTOS	18
CAPÍTULO III – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DE CORUMBÁ- MS	22
3.1 Corumbá: percurso histórico e dimensões socioeconômicas	22
3.2 Turismo de pesca e exploração sexual de crianças e de adolescentes	34
CAPÍTULO IV – RESULTADOS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	46
4.1 Rede de enfrentamento ao fenômeno da exploração sexual de crianças e de adolescentes em Corumbá-MS, no contexto do turismo	47
4.1.1 Descrição e papel dos componentes da rede, articulação e visão do fenômeno	47
4.2 Setor público e privado do turismo local	60

4.3	Posição da comunidade	61
4.4	Análise e discussão de casos de exploração atendidos pela rede de enfrentamento	67
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
	APÊNDICE	
1	Questionários aplicados na pesquisa de campo	84

RESUMO

Esta dissertação apresenta o resultado de estudo a respeito da relação entre o turismo de pesca e a exploração sexual de crianças e adolescentes em Corumbá – Mato Grosso do Sul, considerado um dos pólos mais expressivos do turismo de pesca no Brasil. Com o apoio de fontes bibliográficas, foi possível contextualizar a trajetória histórica de Corumbá, desvendando alguns fatores de ordem socioeconômica importantes no processo da vulnerabilização da comunidade ao fenômeno em questão. Somou-se a esse procedimento, uma pesquisa de campo, com o enfoque na pesquisa social, possível através de sucessivas visitas à Corumbá entre os anos de 2003 a 2004 e que proporcionaram definir como alvo de observações e entrevistas, uma amostra de órgãos governamentais e não-governamentais que compõem a rede de enfrentamento à exploração sexual de crianças e de adolescentes, investigando a articulação entre si, a visão do fenômeno e sua relação com o turismo de pesca local, bem como a articulação do setor público e privado do turismo local no processo de enfrentamento. Foram analisados casos de denúncias de exploração sexual de crianças e de adolescentes relacionados ao turismo de pesca registrados em órgão da rede de enfrentamento e ainda foram colhidos depoimentos de membros da comunidade local, que vivem diretamente com a situação investigada, objetivando conhecer a relação do fenômeno da exploração sexual de crianças e de adolescentes com o turismo de pesca e a visão sobre a questão, resultando na descrição e análise dessas informações, importantes para o entendimento a que se propôs a referida pesquisa. Os resultados da pesquisa confirmam a relação entre o turismo de pesca e a exploração sexual de crianças e de adolescentes em Corumbá e explicita a fragilidade na articulação dos órgãos componentes da rede de enfrentamento, bem como do seu real papel no processo de combate ao fenômeno, e ainda, o desinteresse dos setores público e privado do turismo local na erradicação dessa situação.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de pesca, exploração sexual de crianças e de adolescentes, Corumbá – Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

This dissertation presents the result of study about the relation between the tourism of fishing and the sexual exploitation of children and adolescents in Corumbá – Mato Grosso do Sul, considered one of the most expressive poles of the tourism of fishing in Brazil. With the support of bibliographic sources, it was possible to put on contextualize the historical trajectory of Corumbá, unmasking some factors of social and economic order important in the vulnerability process of the community to the studied phenomenon. It was added to this procedure, a field research, focusing on social research, done by successive visits to Corumbá between the years of 2003 and 2004 and that provided to define the target of observations and interviews, a sample of non-governmental and governmental organs that are part of the net of affrontment of sexual exploitation of children and adolescents, investigating the articulation itself, the vision of the phenomenon and the relation with the local tourism of fishing, as well as the articulation of the private and public sector of the local tourism in the affrontment process. Denunciations of cases of sexual exploitation of children and adolescents related to the tourism of fishing were analyzed, recorded in organ from the net of affrontment and statements of members from the local community that live together straightly with the situation investigated were taken, aiming to know the relation of the phenomenon of the sexual exploitation of children and adolescents with the tourism of fishing and the vision about the question, resulting on the description and analysis of these information, important to understand what was proposed on the present research. The results of the research confirms the relation between the tourism of fishing and the sexual exploitation of children and adolescents in Corumbá and explicit the fragility in the articulation of the components organs of the net of affrontment, as well as of its real role in the battle to the phenomenon process, and the disinterest of the private and public sectors of the local tourism in the eradication of this situation.

Keywords: Tourism of fishing, sexual exploitation of children and adolescents, Corumbá – Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visou a conhecer e entender a relação entre o turismo exercido na modalidade de pesca, praticado em um dos pólos turísticos mais expressivos de Mato Grosso do Sul, a cidade de Corumbá, e a exploração sexual de crianças e adolescentes a ele vinculada.

Para tanto, buscou-se reconstruir o caminho histórico dessa realidade, não só no que diz respeito ao turismo em si, mas também levando-se em conta a localização e a trajetória de Corumbá, sempre vulnerável à prática da exploração sexual, facilitada principalmente pela condição de fronteira aberta com a Bolívia, aliada aos atrativos oferecidos por ser cidade portuária, situada na região do Pantanal, o que propicia a demanda do turismo de pesca.

Pode-se, entretanto, supor que, na atualidade, além dos atrativos oferecidos pela presença do rio Paraguai, inserido na paisagem pantaneira, outros fatores contribuem para a vinculação do turismo à exploração sexual, especialmente de crianças e adolescentes, tendo em vista as denúncias feitas junto à rede de enfrentamento, ou seja, aos diferentes setores que se intitulam responsáveis por problemas dessa natureza, tais como: o Programa Sentinela, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, a Comissão Municipal de Combate à Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes – COMCEX COR, o Conselho Tutelar, a Delegacia, Promotoria e Juizados da Infância e Juventude, principalmente.

Diante do exposto, pretende-se abrir uma discussão que possa envolver as possibilidades de reavaliação da oferta turística, confrontando seu compromisso social com a construção de uma sociedade menos excludente e mais humana e a prática da exploração sexual infanto-juvenil, que atua sub-repticiamente nos bastidores dos pacotes turísticos.

O estudo realizado foi motivado pela ocorrência de sucessivas denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes, apresentadas especialmente pela mídia e explicitadas em pesquisas de caráter científico. Outro referencial

importante foi a pesquisa realizada em 1997, pelo IBISS-CO, que evidenciou, principalmente no município de Corumbá-MS, a relação entre o turismo, na modalidade de pesca, e a exploração sexual infanto-juvenil.

As considerações anteriores apontam para uma relação no mínimo ambígua entre turismo e exploração sexual. Isto porque a atividade turística pressupõe atitudes e concepções, que, tanto do ponto de vista histórico quanto do sociocultural, não se articulam com os princípios básicos propostos pelo turismo sustentável, que preconiza o lazer sadio, o conhecimento prazeroso do ambiente e da cultura local, a preservação do bem-estar do indivíduo, dentre outros.

A Declaração de Manila, apresentada pela Organização Mundial do Turismo–OMT, em 1980, antecipou as noções de conduta para o verdadeiro turismo sustentável declarando que:

A proteção, enriquecimento e melhoria de diversos componentes do ambiente humano estão entre as condições fundamentais para o desenvolvimento harmonioso do turismo. Da mesma maneira, o gerenciamento racional do turismo pode contribuir de forma significativa para a proteção e o desenvolvimento do ambiente físico e do patrimônio cultural como também à melhoria de qualidade de vida [...] (IRVING, 2002, p. 23).

A exploração sexual de crianças e adolescentes evidencia interesses paradoxalmente opostos aos acima preconizados, que desabonam sua inserção na realidade sociocultural referente ao turismo, podendo prejudicar a própria imagem veiculada pelas agências promotoras das atividades turísticas, que demonstram a preocupação com a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.

A fim de constatar as afirmações a respeito do vínculo entre o turismo de pesca em Corumbá e a exploração sexual de crianças e adolescentes, buscou-se subsídios para entender o fenômeno, a partir dos seguintes objetivos específicos:

- identificar os órgãos que compõem a rede de enfrentamento ao fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes, em Corumbá-MS, para constatar e entender os mecanismos de articulação entre eles, em relação ao combate a esse crime;
- levantar indicadores que comprovem a relação entre o turismo de pesca e a exploração sexual de crianças e adolescentes em Corumbá-MS, por

meio da observação e do testemunho de pessoas que convivem mais diretamente com o problema;

- identificar e analisar casos de exploração sexual de crianças e adolescentes relacionados ao turismo de pesca junto à rede de enfrentamento ao fenômeno, para entender os fatores que as vulnerabilizaram para a situação;

- verificar a visão dos setores público e privado do turismo local quanto fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo público do turismo de pesca, bem como sua articulação junto à rede de enfrentamento ao fenômeno.

Para melhor discutir o assunto, busca-se a compreensão dos fatos locais dentro da perspectiva de que tudo se relaciona, as coisas se sucedem, constituindo sempre um processo, que é componente de uma totalidade. Dentro desta concepção, o turismo faz parte da sociedade capitalista, economicamente globalizada, sendo que a ele se relacionam as condições socioculturais dos exploradores e dos explorados, inseridos em contextos socioeconômicos diversos.

Ao retomar o percurso histórico dos fatos abordados, procurou-se entender, num primeiro momento, os fenômenos socioculturais mais representativos para a percepção e o entendimento a respeito das articulações entre a atividade turística local, tão inteligentemente veiculada pela mídia e pelas agências de turismo, e a exploração sexual de crianças e adolescentes, tão cuidadosamente escondida nos bastidores da vida social em todas as localidades, quer no âmbito mundial, quer no regional e no local.

Acredita-se que este tipo de procedimento poderá contribuir para que se consiga apontar diferentes possibilidades de interligações que constroem as redes, às vezes, contraditórias, que sustentam a inter-relação entre o turismo em Corumbá-MS e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Procura-se, portanto, entender o turismo como uma globalidade que se constrói, de modo diversificado e de conformidade com o ambiente histórico, socioeconômico, político e cultural que o modeliza, dependendo dos instrumentos ideológicos de mediação. Neste caso foram avaliadas as redes globais de informação e de informatização, bem como as redes de enfrentamento, que, ao mesmo tempo, desvendam e camuflam as ações humanas.

Dentro desta expectativa, se procurou discutir a situação do turismo, principalmente do turismo de pesca, na cidade de Corumbá/MS, encarado-o como um dos importantes promotores da exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente das populações periféricas e socialmente excluídas.

No contexto da chamada pós-modernidade, nenhuma verdade é definitiva, todas as soluções e conclusões são provisórias e rapidamente mutáveis, pois como considera Goldmann (1979, p. 56), “[...] nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos”. Argumenta, ainda, que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais, visto que a ciência, ou melhor, o discurso científico não é um modelo, mas é um construtor de modelos que buscam explicar parte da realidade, razão por que atinge consensos parciais sobre o esclarecimento a respeito desses fenômenos, em especial, quando polêmicos e contraditórios como é o caso do fenômeno pesquisado.

Todo este conjunto de providências forneceu material para a descrição e a análise dos dados obtidos, inter-relacionando-os e cruzando-os, para que se pudesse reconstruir os caminhos da exploração sexual, com o propósito de poder contribuir para o encontro de alternativas que propiciem a reconstrução de um ambiente econômico e cultural de maior equidade social em relação ao ser humano.

É importante que se esclareça que a proposta inicial deste trabalho previa o envolvimento maior com as populações vítimas de abuso sexual. Entretanto, logo nas primeiras visitas a Corumbá, quando se conseguiram os contatos iniciais, foram percebidos os obstáculos e os cuidados que deveriam ser tomados, devido ao âmbito de envolvimento da rede de exploração sexual, que chega a beneficiar a própria economia local, levando as pessoas a assumirem uma atitude de conivência com o fenômeno. Este pesquisador foi aconselhado a não se aproximar dos explorados, a não tirar fotos e a ter muito cuidado ao tratar do assunto da exploração sexual de crianças e adolescentes, ao manter contato com pessoas na cidade.

Diante disto, a pesquisa tomou, obrigatoriamente, novos rumos, que são expostos neste trabalho e reflete mais o discurso autorizado, legitimado, quando a pretensão maior era mostrar o discurso dos explorados sexualmente.

Esta dissertação compõe-se de cinco capítulos. O primeiro trata da revisão teórica em que se busca estabelecer interfaces entre o turismo e a exploração sexual de crianças e adolescentes, que passa, primeiramente, pelo traçado de uma breve trajetória do turismo. O segundo, refere-se ao método e aos procedimentos utilizados para o estudo do fenômeno, o terceiro trata da reconstrução histórica de Corumbá-MS, enfatizando sua relação com o turismo de pesca. O quarto capítulo ocupa-se da descrição e interpretação de dados coletados, explicitando os aspectos mais relevantes, fornecidos pela análise do material colhido, com a finalidade de apontar possíveis atitudes a serem tomadas por quem de direito, atentando sempre para a condição de transitoriedade de fatos locais e/ou particulares, que sofrem as conseqüências de transformações dos fenômenos maiores com os que se relacionam. Seguem-se as considerações finais, as referências bibliográficas e a indicação de anexos.

Pôde-se, então, observar que a exploração sexual de crianças e adolescentes representa o outro lado do *glamour* do turismo. As cores, as luzes, a oferta de trabalho, as promessas de vida mais amena são substituídas pela penumbra dos bastidores, que abrigam a violência, o desrespeito, a prostituição infanto-juvenil. É sobre este mundo sombrio que se irá tratar neste trabalho.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA CONTEXTUALIZADA

1. TURISMO: INTERFACES COM A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este capítulo tem por finalidade mostrar o turismo como expressão máxima do lazer contemporâneo, evidenciando, também, sua relação com a exploração sexual de crianças e adolescentes, objeto de estudo deste trabalho, com um olhar crítico para a construção de dois fenômenos da modernidade, que, paradoxalmente se entrelaçam, ao confluir para a construção de uma situação, no mínimo estranha, se considerar as expectativas, em relação aos novos rumos do turismo, voltado para a sustentabilidade e a equidade.

1.1 Turismo: Do passado à modernidade

Desde os tempos mais remotos que a espécie humana tem na mobilidade uma das características mais marcantes de toda sua trajetória de dominação sobre o planeta Terra.

A busca pelo desconhecido, pelo novo, por novas formas de sobrevivência levou a conquista de novos lugares, tornando o homem um transeunte sem destino certo. E, à medida que percorria as rotas ainda desconhecidas, firmava o seu poder sobre aqueles que avançavam pouco.

Na Antigüidade Clássica, os romanos já viajavam por prazer. Os balneários de Pompéia e Herculano refrescavam o intenso calor do verão na Península Itálica, fazendo, portanto, que grandes contingentes de pessoas se deslocassem de suas vilas para neles se refugiarem. O Império Romano, até a invasão dos povos Bárbaros, possuía uma malha viária que dava acesso a todo o atual território europeu e às imediações do Oriente Médio (THEOBALD, 2001).

Com a queda do sistema imperial de Roma, as estradas deixaram de ser reparadas, infestou-se de saqueadores por todos os lados e as viagens cessaram. O restabelecimento da lei e da ordem pelos barões e príncipes da Europa, auxiliados pelo comando da Igreja, ainda na Idade Média, favoreceu o recomeço das viagens, agora com o objetivo de salvaguardar a Terra Sagrada dos infiéis. No retorno dessas expedições ao Oriente Médio, traziam sedas, especiarias, jóias e outros luxos. Ainda nesse contexto da viagem de peregrinação, surgem novos destinos dentro da Europa, Santiago de Compostela, no norte da Espanha, Canterbury, na Inglaterra entre outros mosteiros na Itália (THEOBALD, 2001).

No século XVIII, a Inglaterra atinge a supremacia marítima e os mercadores do mar passam a formar uma nova classe rica que estabelece novas bases culturais que vão oportunizar, ao novo jovem aristocrata inglês, viagens, pela Europa, guiadas por tutores. Esse tipo de viagem era denominado de *grand tour*.

O objetivo era tirar os rapazes de circulação durante aqueles anos inconvenientes que antecediam a idade adulta e educá-los – embora os mais críticos acreditassem que eles não faziam nada além de farrear e contrair sífilis (SWINGLEHURST, 2001, p. 104).

As relações sociais que o *grand tour* proporciona aos ricos ingleses são questionáveis, pois a convivência que exercia com a comunidade local por onde passava tinha uma relação “amo-criado, e se limitava aos lacaios, cocheiros e prostitutas. [...] os viajantes ingleses eram ‘milordes’ e faziam o que queriam, sem ligar para as leis” (SWINGLEHURST, 2001, p. 105).

A classe rica, formada pelos mercadores marítimos bem sucedidos da Inglaterra, ainda no século XVIII, iniciam o processo de industrialização que proporcionou mudanças que favoreceram o desenvolvimento da atividade turística na sua feição moderna, tal como é conhecida atualmente no contexto mais amplo, intitulado de indústria do turismo que conforme Davidson,

[...] compõe-se de um conjunto claramente definido de empreendimentos que operam fundamentalmente na venda de serviços a turistas ou na prestação de serviços a estes. Hotéis, restaurantes, transportes e divertimentos são exemplos dos tipos de empreendimentos de que se compõe [...] (2001, p. 46).

Essas mudanças estão relacionadas ao aprimoramento dos meios de transporte, à conquista de ambientes mais saudáveis nas metrópoles, que cresceram na Europa Industrial, ao aumento da renda do trabalhador, à gradativa redução da jornada de trabalho, minimizada especialmente pela instituição das férias, e do descanso semanal remunerados, que proporcionaram tempo para o homem moderno usufruir em lazer (BARRETTO, 1995).

Este tempo aparentemente ocioso não foi indiferente aos olhos ávidos do capitalismo que instituiu formas prazerosas e sedutoras, de comercialização do ócio, transformando-o em objeto de lucro, por meio da oferta dos serviços anteriormente mencionados (BARRETTO, 1995).

Desse modo, a necessidade de restabelecer as forças para o trabalho, bem como o tempo disponível para tal, aliados à fascinante e dinâmica rede de ofertas e de possibilidades de poder fazer uso delas em seu próprio benefício e no dos familiares, tornaram o lazer um bem de consumo, fazendo surgir equipamentos e atividades específicas para atender à demanda dessas necessidades. Dentre elas, o turismo, que se transformou, em pouco tempo, em um fenômeno de massas, atraindo números cada vez mais significativos de viajantes. Daí por diante, as viagens turísticas são transformadas numa necessidade de consumo tão importante quanto respirar, alimentar-se, vestir-se (BARRETTO, 1995).

O turismo, portanto, não é um fato isolado, mas consequência do modo de produção capitalista e do desenvolvimento tecnológico, que transformaram o estilo de vida e do pensamento das sociedades modernas. Assim, as áreas urbanas passaram a concentrar riqueza, surgindo uma nova classe de ricos, composta por banqueiros, financistas, comerciantes, que, nos momentos de não-trabalho, fazem, das viagens, uma atividade recreativa que acaba contagiando indivíduos de outras classes, que, como vimos, encontram nas ofertas tentadoras, um convite ao lazer turístico (BARRETTO, 1995).

Na análise de Coriolano (2003, p. 105), trabalho e lazer formam pares dialéticos integrando-se num mesmo processo.

Só é possível falar de lazer e turismo porque existe o trabalho. A exaltação exacerbada do trabalho fez surgir o não trabalho, que é o lazer. E, assim, nenhuma análise pode afastar o turismo do mundo da produção e das contradições do modelo produtivo vigente.

É importante considerar que o consumo turístico só ocorre depois de atendidas às necessidades vitais do indivíduo (moradia, alimentação, higiene, vestuário). Só se empregará dinheiro na prática do turismo, quando este exceder às necessidades básicas. Contudo, as possibilidades de fazer turismo foi aos poucos sendo favorecida pelo sentido mercantilista, que foi sendo acrescido à atividade turística, por meio de pacotes fechados, com modalidades de pagamento parcelado.

Existem muitas causas que podem levar o indivíduo a fazer turismo, dentre elas são relevantes as de ordem subjetiva que estão relacionadas, no mundo moderno, ao desejo de viver novas experiências, de quebrar a monotonia, de buscar a felicidade, de evadir-se do cotidiano (das condições de trabalho, de moradia, de vida social, ambientais), de descanso físico e mental (BARRETTO, 1995).

Desse modo, a mesma sociedade industrial que atraiu as pessoas para o mundo do trabalho, que contribuiu para aumentar a capacidade financeira dos grupos sociais, e, conseqüentemente o seu bem-estar material e que criou, ainda, o tempo livre para o lazer, levou esse mesmo indivíduo a achar que o lar não é mais um local acolhedor e agradável, onde se desfruta das alegrias da família (KRIPPENDORF, 2001).

À medida que o turismo se consolida como expressão máxima do lazer do homem contemporâneo, sua relação com a economia se intensifica, tornando-se uma atividade econômica emergente e expressiva, superando a indústria armamentista, conforme Wahab (1977, p.94), transformando-se em "[...] uma atividade econômica mundial que já demonstrou seu papel insubstituível no comércio internacional, definindo seus relacionamentos na troca de bens e serviços, como exportador invisível em países turisticamente avançados".

O turismo tem efeitos econômicos diretos e indiretos na economia de um país. Os efeitos diretos são resultantes das despesas realizadas pelos turistas, decorrentes da aquisição de serviços necessários para a prática do turismo. Os efeitos indiretos são gerados pelas despesas que as empresas prestadoras de serviços turísticos têm para poderem prestar os serviços aos turistas, ou no recolhimento de taxas e impostos.

As conseqüências econômicas que o turismo têm proporcionado em alguns países, vêm desencadeando, nos chamados países pobres, estratégias de

políticas de incremento dessa atividade, por considerá-la como a atividade econômica que salvará suas comunidades, que estão em baixo nível de desenvolvimento.

Contudo, o que se observa, segundo Yázigi (1999, p.15) é que,

Desde que informações fizeram circular pelo mundo que o turismo está se posicionando entre as primeiras rentabilidades econômicas, vem ocorrendo uma frenética disputa por sua exploração. [...] Até os mais desguarnecidos lugares, em todos os sentidos, acreditam que têm muito a oferecer [...] Turismo é mais uma esperança de efeitos supostamente messiânicos que se soma às promessas milagrosas.

1.2 Exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto do turismo

As questões conceituais a que se remete a *exploração sexual de crianças e de adolescentes*¹, bem como as discussões que orientam o conhecimento desse fenômeno, se inserem numa das inúmeras formas de violência contra a criança e ao adolescente, que retroalimenta-se por meio de redes sutis, que se contrapõem às redes de proteção, que, segundo Faleiros (1998, p. 1), “[...] são redes autoritárias onde predominam as relações dos mais fortes sobre os mais frágeis, dos mais velhos sobre os mais jovens, dos mais poderosos sobre os mais desprovidos de recursos e reações”.

É sob essa ótica que se define a violência sexual, consolidada por uma relação de agressão ao outro, causando dano de diferentes ordens, como físico, psíquico, moral. Forma-se uma intrincada trama de poderes e de dominação, em que um pólo de poder se aproveita ou se beneficia em detrimento do outro. Estabelece-se, assim, uma relação de desvantagem para a criança e/ou adolescente explorados e de vantagens para o adulto explorador.

Desse modo, a violência não deve ser entendida como um fato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo (FALEIROS, 1998).

Neste contexto, a exploração sexual de crianças e adolescentes, é uma das formas de se tirar proveito do trabalho sexual, que favorece um processo de

¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, Art. 2º considera criança a pessoa de 0 a 12 anos de idade incompletos e adolescente a pessoa de 12 a 18 anos de idade (ECA, 1990).

relação de mercado e consumo sexual das vítimas, que se traduz em um comércio, que se caracteriza, de acordo com Faleiros (2000, p. 12) por meio de “atividades onde é vendida a própria relação sexual (prostituição), a imagem do corpo e de relações sexuais ao vivo (*strip-tease*, *shows* eróticos) ou fotografadas/filmadas (pornografia)”.

Nesta relação de mercado do sexo, o Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizada em Estocolmo, em 1996, aprovou uma declaração que apontou uma definição para uma nova forma de exploração sexual, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, que, conforme Leal e Leal (2003, p.30) significa:

[...] uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e a uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como um objeto sexual e uma mercadoria. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes constitui uma forma de coerção e violência [...] que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão.

Na ordem dos direitos humanos, a exploração sexual de crianças e de adolescentes tem relação criminosa na violação de direitos, que exige um enfrentamento capaz de responsabilizar não somente o agressor, mas também o Estado, o mercado e a própria sociedade. O artigo 244 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como crime a submissão de crianças e de adolescentes à prostituição e à exploração sexual (LEAL e LEAL, 2003).

Diante desse fato, a exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes tem sido considerada, pela Organização Internacional do Trabalho - OIT como uma das piores formas de trabalho infantil, sendo tema de vários estudos e programas que visam à sua erradicação imediata, condenando “a utilização, o recrutamento e a oferta de meninos e meninas para a prostituição, a produção de pornografia e atuações pornográficas” (INNOCENTI e INNOCENTI, 2002, p. 2).

É importante distinguir a exploração sexual de crianças e de adolescentes da prostituição adulta, principalmente daquela opcional. A exploração sexual de crianças e adolescentes viola o direito ao desenvolvimento autônomo do ser humano, da criança, à dignidade de seu corpo, à própria humanidade (FALEIROS, 1998).

O tema em questão é cultural e socialmente discriminado, cercado de visão conservadora, de estereótipos, principalmente por se tratar de uma violação relacionada à sexualidade e a formas distintas de prostituição, que, segundo Leal e Leal (2003, p. 22) é: “[...] assunto de âmbito privado que, culturalmente, esteve sob uma racionalidade moral-repressiva, objeto de tabu e de discriminação pela sociedade e suas instituições.”

Observa-se que o que está em jogo é a satisfação do desejo sexual, de propriedade do consumidor, seguido do lucro, apropriado pelo mercado e as relações de poder desigual. Fica evidenciada também a exploração e a dominação de classe, de gênero, etnia e geração, crianças e adolescentes, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, estando à deriva de várias formas de exploração sexual que os condenam a uma forma de trabalho para o qual não têm sequer o direito da escolha.

Dentre as múltiplas possibilidades de consumo de lazer, logo de prazer, já que este se contrapõe ao fatídico cotidiano contemporâneo, o turismo tem proporcionado o consumo sexual, numa relação desigual entre dominadores e dominados, incluindo-se no campo da exploração sexual, identificado por turismo sexual, que, de acordo com Swarbrooke (2000, p. 119):

[...] significa homens comprando sexo de prostitutas; entretanto, o moderno turismo sexual é um assunto mais complexo que isso [...] essas formas de turismo [...] têm desvantagens em relação ao turismo sustentável, variando desde o risco de doenças sexualmente transmissíveis até a opressão e exploração de crianças indefesas.[...] é meramente uma nova forma de exploração ao estilo colonial. Os turistas viajam ao exterior para explorar o desespero dos pobres em outros países (ou estados do próprio país, mais vulneráveis economicamente).

Assim sendo, a relação entre o turista e uma comunidade menos favorecida economicamente, tem-se mostrado uma relação de exploração não apenas dos atributos dos seus recursos naturais e culturais, mas também, da sexualidade das suas crianças e adolescentes, indefesas e vulneráveis pelo atraso nas condições materiais e emocionais a que são submetidas nas sociedades capitalistas geradores de desigualdades.

O consumidor do turismo tem revelado aptidões para construir, no seu imaginário, uma relação com as mais diversas formas de poder, através da

apropriação dos lugares, das coisas e das pessoas, gerando produção e consumo, que, conforme Moesch (2002, p. 15), implica em “[...] fazer turismo, tanto para quem o produz como por quem o consome, é uma forma de apropriação de poder. Consumir o outro, o diferente o exótico, o distante, supostamente, gera experiências prazerosas”.

Essas relações de consumo têm sido influenciadas pela mídia e têm provocado o aumento e a manutenção das mais diversas formas de consumo do prazer. Dentre elas estão aquelas que exploram as imagens que despertam sensualidade, incitando a exploração sexual.

A Organização Mundial do Turismo-OMT, organismo ligado à Organização das Nações Unidas - ONU, e que tem por princípio estabelecer, fomentar e promover o turismo sustentável no planeta, aponta o Brasil, juntamente com alguns países da Ásia, como a Tailândia e países do Caribe, como os principais destinos para o denominado turismo sexual no mundo. Esse fato coloca o Brasil em desvantagem no alcance de um turismo efetivamente sustentável sociais.

Swarbrooke (2000) apresenta a complexidade da dimensão social do que chama de turismo sexual, acrescentando que se contrapõe ao turismo sustentável, informando como se dá a relação de consumo nesta modalidade de turismo: “Homens que realizam viagens com a única intenção de pagar para fazerem sexo com crianças do sexo oposto ou com homens da comunidade local ou ainda com crianças do mesmo sexo [...]” (SWARBROOKE, 2000, p. 121).

Ocorre que a exploração sexual, mediada pelo turismo, reproduz as relações desiguais entre países, reforçando ideologias e práticas racistas e sexistas, resultantes de relações de desigualdade social, econômica, política e cultural. Suas características incluem o deslocamento de homens e mulheres para outros lugares (cidades, estados, países), em busca, exclusivamente, de aventuras eróticas.

Em geral, ela se desenvolve no sentido dos países ricos ou centrais para o mais pobres, tendo por base uma falsa imagem da mulher do “Terceiro Mundo”, mulata, negra ou asiática, supostamente disponível e interessada em aventuras eróticas, por ser mais sensual, além de dócil e mais submissa aos caprichos masculinos que as mulheres brancas européias (LEITE, 2003).

Leite (2003) informa que o turismo sexual foi impulsionado no Brasil a partir da década de 1970, quando começou a saturar essa indústria na Ásia, transferindo essa prática para a América Latina, principalmente para o Brasil e a República Dominicana.

Nesse mesmo período começaram as propagandas de caráter nacionalista e o grande incentivo do governo brasileiro à indústria turística. Um exemplo muito conhecido de propaganda, veiculada no tempo da ditadura militar brasileira, que anunciava, como produto de exportação nacional, a mulata brasileira, cantando:

"As praias do Brasil ensolaradas, mulatas soltam gingas de amor.
A mão de Deus abençoou, em terras brasileiras vou plantar amor.
Eu te amo, meu Brasil, eu te amo..." (LEITE, 2003, p. 65).

Verifica-se, desse modo, o resultado das contradições sociais, reforçadas pela globalização e pela fragilidade dos estados-nações, aprofundando as desigualdades de gênero e etnia, não superadas pela pós-modernidade, acreditando-se que,

[...] tem suas determinações não somente na violência criminal, mas sobretudo nas relações macro-sociais (mercado globalizado e seus impactos na precarização do trabalho, migração, na expansão do crime organizado e na expansão da exploração sexual comercial). Fundamenta-se também nas relações culturais (valores patriarcais/machistas, de classe, de gênero/etnia e adultocêntricos, que inserem mulheres, crianças e adolescentes em relações desiguais de poder) (LEAL e LEAL, 2003, p. 30).

Dentre os fatores determinantes para a proliferação do turismo sexual, Leite (2003), cita a conivência das autoridades brasileiras, à imagem da sensualidade, do erotismo e da liberdade sexual, veiculada nas propagandas turísticas e na literatura. Isso tem levado a um processo de erotização e banalização do sexo, pela mídia, criando um mercado de trabalho informal e excludente que reflete a situação econômica e social do país. E ainda: "favorece a inclusão de atividades sem especialização na indústria do turismo, formando redes de agenciadores e facilitadores que passam a trabalhar diretamente com o turismo" (LEITE, 2003, p. 67). O mesmo autor constatou que o turismo sexual estrutura-se em duas modalidades: a dos pacotes e a informal.

Os pacotes, que representam a modalidade formal, são vendidos por agências de turismo, no Brasil e no exterior, ou por meio da Internet e incluem a companhia de uma mulher jovem ou adulta, que pode ser escolhida previamente

por meio de foto ou vídeo. Paga-se todo o serviço da agência e as despesas de viagem. A mulher é um item a mais entre os custos do pacote, que inclui passagem aérea e terrestre.

A modalidade informal caracteriza-se pela propaganda dissimulada, por meio de catálogos, denominados de *books*, com fotos das jovens, que são apresentadas pelo próprio hotel, onde o turista está hospedado ou o encontro ocorre informalmente nas ruas da cidade turística.

Essa modalidade de turismo organiza-se através de 'figuras-chave', como o facilitador, pessoa que trabalha próximo do setor turístico ou em equipamentos com que presta serviço ao turismo, podendo ser uma agência informal ou um porteiro de hotel. Outro grupo é constituído pelos agenciadores, em geral homens que atraem as mulheres para próximo dos pontos de encontro e do turista.

Ao ampliar a reflexão constata-se que,

Essa prática de turismo assenta-se na desigualdade entre homens e mulheres, de classe e de raça; é uma expressão dessa desigualdade e sua prática somente exclui, ainda mais, as mulheres da cidadania, ainda que as aproxime e as inclua em um certo padrão de consumo, que, de outra forma, não teriam.

É uma prática que tem produzido um impacto nefasto nas comunidades onde se constroem complexos turísticos, produzindo ali, entre jovens, o desejo por objetos que ganharão de presente, alimentando falsos sonhos de mudança de vida ou de facilidade para se obter coisas.

De igual maneira, alimenta, nas demais pessoas de seus círculos de amizade e família, os padrões de comportamento e de sonhos do consumo inacessível à sua própria classe, uma forma perversa de se incluir na sociedade consumista (LEITE, 2003, p. 68).

Do ponto de vista econômico, o turismo sexual é um problema. É uma prática clandestina, muitas vezes associada ao crime internacional, inclusive ao consumo e ao tráfico de drogas. Além disso, produz retração de demanda turística de outros tipos. O turismo cultural e o familiar são constrangidos pelo estigma e pela imagem negativa que se associa aos lugares de grande movimento do turismo sexual.

Para as organizações feministas e os movimentos sociais de direitos humanos, o turismo sexual configura-se como um grave problema, que vem começando a ser enfrentado, ainda que de forma incipiente e contra a resistência de setores conservadores do empresariado, dos governos e da sociedade civil (LEITE, 2003).

1.3 Turismo no Brasil e em Mato Grosso do Sul

O Brasil, principalmente a partir da década de 1980, tem estabelecido políticas que priorizam o fomento e o favorecimento de instalação de equipamentos turísticos, como os mega-empreendimentos de hospedagem, que envolvem grandes somas de recursos financeiros e geram muitos postos de emprego, além de fazerem parte de uma infra-estrutura básica para o atendimento ao turismo (FARIAS e NOGUEIRA, 2003).

Ações dessa natureza têm ocasionado uma desestruturação das atividades tradicionais do local onde são implantadas, fechando postos de trabalho existentes, criando um novo emprego sobre o velho, modificando a estrutura empregatícia, dando idéia de uma capacidade restritiva de emprego, pois o que ocorre não é o aumento do número de ocupações, mas a substituição das existentes, hierarquizando as posições ocupacionais (FARIAS e NOGUEIRA, 2003).

O mercado interno brasileiro não tem tido a capacidade de consumir em massa o produto turístico, configurando-se como uma realidade inviável para a maioria da população, situação que reflete a má distribuição de renda, que coloca o Brasil no campo social, à margem da infra-estrutura adequada dos países capitalistas desenvolvidos, principalmente no que diz respeito à saúde, aos transportes, à segurança (TRIGO, 1998).

Quanto ao turismo receptivo, a Organização Mundial do Turismo – OMT divulga dados apontando o Brasil como o país latino-americano que mais se desenvolve no turismo receptivo de estrangeiros, saltando do 43º para o 25º lugar no *ranking* mundial, entre 1995 e 1999, confirmando os dados da EMBRATUR, que registrou a entrada de 1,8 milhões de turistas estrangeiros no Brasil em 1994 contra 5,1 milhões em 1999, isso representa 1/3 do número de turistas estrangeiros que toda América Latina recebe, em torno de 15 milhões e um movimento de turismo doméstico que ultrapassa 30 milhões de brasileiros (EMBRATUR, 2002).

O turismo, em Mato Grosso do Sul, consolida-se a partir da década de 1980, principalmente na modalidade do turismo de pesca, que descobre, nesta nova unidade da federação, que tem sua criação em 1977, e implantação em 1979, o reconhecimento de seus aspectos fisiográficos, relacionados ao espaço geográfico, acentuando como elemento de destaque a planície do Pantanal, dada

a piscosidade dos rios que formam a vasta rede hidrográfica que a sustenta.

Dentre os lugares onde a procura pelos serviços turísticos é mais relevante, destacam-se os municípios de Corumbá, Aquidauana, Miranda, Porto Murtinho e Coxim, todos no Pantanal sul-mato-grossense.

O Pantanal ganha destaque no turismo, dado a sua caracterização como uma das maiores áreas inundáveis do planeta, estendendo-se por um território com cerca de 210 mil km², localizado nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, adentrando-se por áreas significativas de dois países latinos limítrofes, a Bolívia e o Paraguai, sendo que Mato Grosso do Sul detém 2/3 dessa extensão.

Nesse contexto geográfico, sobressai-se, em pleno Pantanal, o município de Corumbá, que possui mais de 60 mil km² dessa área, cuja localização geográfica e papel histórico colocam-no como um dos mais genuinamente sul-mato-grossenses, banhado pelo legendário rio Paraguai, o grande protagonista das glórias e dos fracassos que marcaram a gente do local, conhecida como gente pantaneira.

Corumbá, por meio do rio Paraguai, foi cenário importante na trajetória do desenvolvimento da região, que, nas décadas de 1980 e 1990, passou a investir em equipamentos como hotéis e infra-estrutura para pesca, como os barcos-hotel, ranchos de pesca, tornando-se uma das cidades portuárias brasileiras a ter uma das maiores estruturas de pesca fluvial, chegando a atrair na década de 1990, mais de 70 mil turistas por ano (ANDRADE, 1998).

O turismo se implanta no município de Corumbá, recebendo turistas à procura de peixes nas águas do rio Paraguai, pois o recurso pesqueiro nas regiões em que viviam, pela ação depredatória empreendida sobre seus estoques, encontravam-se escassos.

Como novo modo de produção capitalista da modernidade, o turismo apresenta impactos significativos sobre os ambientes naturais e a sociedade local, através de suas iniciativas, empreendimentos e das ações predatórias e permissivas praticadas por grande número de turistas que ainda não assimilaram suficientemente sua responsabilidade socioambiental.

Em Corumbá, o processo de implantação e consolidação do turismo local, não foi diferente dos diagnósticos já levantados por pesquisadores em outros pólos turísticos. Têm-se constatado conseqüências desastrosas nos âmbitos ambiental e social, conforme se verá mais adiante.

CAPÍTULO II

MÉTODO E PROCEDIMENTOS

Uma das formas de conhecer e compreender a realidade tal como ela se apresenta, em suas múltiplas dimensões, é eleger determinado recorte dessa realidade, como objeto de trabalho, e, dentro da ótica proposta, realizar a codificação dos elementos tomados como dados dessa parcela da realidade, para recodificá-los, em conformidade com os parâmetros de uma abordagem científica.

Tomando-se como base esses pressupostos, buscou-se entender os fenômenos particulares, que, no seu conjunto, constituem a totalidade denominada de turismo, que, por sua vez, insere-se num universo de infinitas dimensões, para enfocá-lo num de seus aspectos preocupantes, que é a sua vinculação com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Para que esta operação se efetivasse, fez-se necessário que o objeto de estudo proposto fosse submetido a um método de orientação e se utilizasse de metodologia e/ou de procedimentos técnicos que o auxiliassem na obtenção da matéria-prima coletada e interpretada.

É nesse sentido que se molda o objeto desta pesquisa que se propõe investigar aspectos do processo de exploração sexual de crianças e adolescentes, favorecida, especificamente pelo turismo, em especial, na sua modalidade de pesca, discutindo, ainda, de modo especial, as possibilidades de esclarecimento sobre o papel, a atuação e o processo de articulação da rede de enfrentamento, que integra um conjunto de órgãos governamentais e não governamentais, e ainda, o setor público e privado do turismo local que mobilizam esses dois processos dicotômicos: o turismo e a exploração de crianças e adolescentes, desenvolvidos numa sociedade econômica e socioculturalmente organizada de modo a propiciar esses tipos de comportamentos.

As investigações foram orientadas pela pesquisa social e dentro dessa perspectiva tomou emprestados procedimentos de coleta e instrumentos técnicos usuais no campo das ciências que encaram o homem no contexto social em que

se insere.

Quanto aos objetivos, a pesquisa em questão pode ser caracterizada como descritiva e analítica razão por que suas fontes de informações e coleta de dados foram obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa *in loco*, em campo, como se diz comumente.

Em campo, foram utilizados observação direta e levantamento de dados, que forneceram a matéria-prima para estudo e interpretação do processo em causa, ou seja, da relação entre turismo e exploração sexual.

A pesquisa bibliográfica em fontes documentais, primárias e secundárias, incluindo-se aqui as fontes eletrônicas, permeia todo o processo da identificação do fenômeno em estudo, a fim de dar conta de sua contextualização e conjuntura histórica, além de fornecer os conceitos que subsidiam este trabalho.

Para melhor categorização e ordenação dos dados, foram estabelecidos alguns critérios considerados necessários e suficientes para o fim a que se destinam, tais como escolha:

- da localidade para realização da pesquisa de campo, Corumbá, não só por se tratar do pólo de turismo de pesca mais expressivo de Mato Grosso do Sul, mas também devido às sucessivas denúncias, divulgadas na mídia, bem como os resultados de pesquisas evidenciando a relação entre o turismo, na modalidade de pesca, e a exploração sexual de crianças e adolescentes;

- dos locais, dentro do município, representados por órgãos governamentais e não governamentais, que compõem a rede de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, dos quais foram selecionados: Programa Sentinela, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Centro de Referência de Estudos da Infância e Adolescência CREIA/UFMS, ONG OCCA, e Delegacia e Juizado da Infância e Juventude, por serem órgãos que detêm as informações de cunho oficial, no trato com o problema em questão;

- dos membros da comunidade, indicados pela rede de enfrentamento, representados por pessoas da comunidade, que vivem nas imediações da região portuária de Corumbá e que observam como o turismo de pesca se relaciona ao fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes;

- dos setores público e privado do turismo local representados respectivamente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura e Turismo –

SEMACTUR e a Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo - ACERT, procurando conhecer a visão sobre o fenômeno da exploração sexual de crianças e de adolescentes pelo turismo de pesca em Corumbá e sua articulação no enfrentamento ao mesmo.

No estágio de trabalho de campo foram utilizados procedimentos que propiciaram uma análise reflexiva, como: a estruturação dos instrumentos técnicos usados para a coleta de dados, como observações *in loco*, conversas informais e visitas técnicas, visando a captar dados que configurem os fatores que vulnerabilizam a comunidade para a incidência do fenômeno.

As entrevistas basearam-se na aplicação de um questionário único, semi-aberto, que direcionou as respostas dos entrevistados, responsáveis pelos principais setores das redes. O direcionamento justifica-se pela possibilidade de maior sistematização dos dados.

Foram feitas cinco visitas à cidade de Corumbá, sendo três delas distribuídas pelo ano de 2003 e duas no primeiro semestre de 2004, com a finalidade de observar e investigar fatos que pudessem comprovar e esclarecer o relacionamento entre o turismo de pesca e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Com o objetivo de identificar aspectos socioeconômicos e culturais, que apresentassem relevância na determinação do comportamento dos explorados sexualmente, foi elaborado um questionário com questões abertas e semi-abertas, para ser aplicado entre a população explorada.

Entretanto, o contato necessário para as entrevistas não foram recomendados por ser considerado perigoso, dado o grau de envolvimento de pessoas influentes. Diante disso, na ocasião das visitas *in loco*, duas pessoas que convivem com essa realidade da pesca concederam entrevistas, que foram orientadas por um roteiro previamente elaborado e que procurou saber como se dava o processo da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo de pesca e os fatores que vulnerabilizam essas crianças e adolescentes a permitirem a exploração sexual.

As informações obtidas nas entrevistas não receberam permissão para serem gravadas. Assim, as respostas foram escritas no diário de campo ou respondidas digitalmente por aqueles que se dispuseram a fazê-lo. Os registros das informações e dados relevantes, possíveis de serem obtidos, foram descritos,

analisados e interpretados.

Consultaram-se, ainda, pesquisas que traziam dados sobre o fenômeno, bem como trabalhos monográficos que abordam assuntos relevantes ao trabalho e que fazem parte do acervo de Instituições de Ensino Superior, como IESPAN/UCDB, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CREIA-UFMS e do banco de dados quali-quantitativos do Programa Sentinela. Estas foram importantes fontes documentais que enriqueceram este trabalho, dado ao nível das informações possíveis de serem obtidas.

CAPÍTULO III

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DE CORUMBÁ-MS

Busca-se, a partir de agora, entender os caminhos da construção histórica de Corumbá, e o que a colocou no cenário do turismo nacional, como um dos mais importantes pólos do turismo de pesca. Procurou-se identificar as condições que originaram, no percurso histórico, a vulnerabilidade para a exploração sexual de crianças e adolescentes, evidenciada atualmente por essa modalidade de turismo.

3.1 Corumbá: percurso histórico e dimensões socioeconômicas

O começo do século XVIII, no então Brasil colonial, é caracterizado pelo movimento das bandeiras paulistas, que, num processo de interiorização para além das linhas estabelecidas pelo tratado de Tordesilhas, acabam por extravasar seus imaginários limites, o que deu margem à expansão do império português na América. O tratado de Tordesilhas traçava os limites do território da colônia portuguesa, separando-a do território espanhol.

Foram estabelecidas formas de garantia do espaço conquistado, levando-se em conta os sítios auríferos do norte da então província de Mato Grosso (Cuiabá e região) e as rotas navegáveis e vitais para o abastecimento da região, que compreendia extenso território, bastante afastado do litoral. Essas formas se estabeleceram através de fortificações militares, seguidas de núcleos de povoamento (CORREA, L., 1981).

Dentro dessas perspectivas seguiu-se a construção do Forte Coimbra em 1775 (Foto 1), e em 21 de setembro de 1778 fundou-se a povoação de Albuquerque em homenagem ao então governador da capitania de Mato Grosso,

Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1789).



Foto 1 – Forte Coimbra, construído em 1775, localizado às margens do rio Paraguai, município de Corumbá (fonte: www.corumbaonline.com.br).

Para distinguir o povoado fundado de um outro, com o mesmo nome, (atual distrito de Albuquerque), formado ao sul, em 1776, quando da construção do Forte Coimbra, é que passaram a denominar a atual Corumbá com este nome. Neste período, existiam contínuas tensões entre castelhanos e portugueses na fronteira, e a partir de 1777, as fronteiras passaram a ser alvo de discussões na Europa, na hipótese de serem restituídas. Correa, L. (1981, p. 27) afirma: “[...] houve desde o início recomendações especiais em relação à povoação de Corumbá, como por exemplo, a proibição de construir-se casas de tijolos e telhas, para que não se perdesse esforço algum [...]”.

O povoado de Corumbá nascera, portanto, com a incerteza de seu próprio destino, atrelado às circunstâncias que a história protagonizaria.

Apesar de ter sido constituída na intenção de ser um posto avançado de suprimentos e socorros ao apoio das guarnições de fronteira, Corumbá evidenciou um completo abandono, ao fim da era colonial, caracterizada pelo esgotamento do ouro nas regiões do norte da província de Mato Grosso, a que pertencia, e que levou toda a Província a um empobrecimento, que, ao final do século XVIII, desenvolvia apenas uma incipiente pecuária, seguida da extração de recursos naturais, como a erva-mate, e culturas isoladas de subsistência.

Referindo-se à povoação de Corumbá, no início de sua formação, relatou-se,

Esta povoação é de miseráveis, que passam a vida cheios de fome e nudez, o comandante dela só cuida em utilizar-se do suor deles. Só estão fartos das palmatórias, correntes e rodas de pau". Assim, miséria, medo e violência fizeram parte do povoado de Corumbá. (LACERDA & ALMEIDA apud CORREA, L., 1981a, p. 25-26).

Isso ocorria porque os poucos que se dispuseram a enfrentar o lugar sofriam as circunstâncias do local, como: calor excessivo, doenças, ataques dos indígenas e ameaças de invasão castelhana, entre outras privações e temores, encontrando, na violência, uma forma de manutenção da disciplina no trabalho regular nas lavouras coletivas e na construção das casas e instalações básicas do povoado (CORREA, L., 1981).

Em 1856, um acordo entre o Império Brasileiro e a República do Paraguai, tornou livre o trânsito de barcos brasileiros e de outras nacionalidades, pelo rio Paraguai, até Corumbá. Essa medida proporcionou ao porto corumbaense a centralização do fluxo mercantil da província de Mato Grosso e seu núcleo urbano, mantendo contatos diretos com as principais capitais platinas (Montevideu, Buenos Aires e Assunção) e algumas cidades européias. Isso aliviou a grave situação econômica de Mato Grosso. E segundo Correa, L. (1981, p. 31),

[...] Corumbá assumiu um papel de destaque desempenhando funções comerciais, administrativas e militares tornando-se um centro econômico com base na articulação de um comércio exportador-importador e um centro urbano que passaria a rivalizar com a própria sede da Província, Cuiabá, nas rédeas políticas da região de Mato Grosso.

Outro importante fator que irá conduzir Corumbá a seu sucesso comercial, além do declínio definitivo do minério de ouro na região de Cuiabá, é o entrave do comércio desta região, pelo elevado custo do transporte e sua ineficácia, no escoamento de mercadorias, e no abastecimento de produtos de primeira necessidade (CORREA, L., 1981).

A livre navegação conquistada, a partir de 1856, com o Paraguai, proporcionou o movimento de pessoas e mercadorias por estas regiões, fixando comerciantes em Corumbá passando a desempenhar papel de principal entreposto comercial da Província de Mato Grosso. Enquanto a viagem por

estradas entre Cuiabá e Rio de Janeiro, atravessando Goiás, levava 4 meses, o caminho por água, via Bacia do Prata, de Cuiabá ao Rio de Janeiro, tinha o tempo reduzido para 30 dias (CORREA, L., 1981).

Nesse período, Corumbá também passa a ser importante pólo catalizador da ocupação do pantanal mato-grossense, refletindo-se na abertura de fazendas de criação de gado, iniciando uma das suas principais atividades econômicas que transporá os séculos até a atualidade (CORREA, L., 1981).

Com o comércio portuário, em franca atividade (Foto 3), viabilizaram-se a exportação de produtos da região e a importação, principalmente de máquinas a vapor, vindas da Inglaterra, o que possibilitou a instalação de usinas de açúcar (Foto 2), fez florescer a indústria de transformação da carne bovina para exportação e desenvolverem-se as indústrias extrativas de erva-mate e da borracha (CORREA, L., 1981).



Foto 2 – Alambique de cana-de-açúcar instalado no início do século XX em Corumbá (fonte: Álbum Graphico, 1914).



Foto 3 – Composição fotográfica representando o intenso movimento dos barcos a vapor no porto de Corumbá início do séc. XX (fonte Álbum Graphico, 1914).

A prosperidade econômica e comercial vivida por Corumbá entre os anos de 1850 a 1864, passou a fixar na região alguns estrangeiros comerciantes, conhecidos como mascate fluvial. Este mascate fluvial galgou rápida ascensão econômica através da acumulação de riqueza proporcionada por uma exploração de comércio bem própria que conforme Correa, L. (1981), “[...] impunha os mecanismos de troca com grande vantagem e em detrimento da população ribeirinha, uma vez que detinha o controle sobre o meio de transporte e comunicação” (CORREA, L., 1981a, p. 43).

Enquanto o resto da Província de Mato Grosso vivia uma situação econômica decadente, a Inglaterra havia realizado a Revolução Industrial, criando condições para produzir mercadorias em grande escala e de baixo custo, propondo-se a abastecer as mais longínquas regiões da Terra. Passa-se a empregar os barcos a vapor, reduzindo tempo e custos no transporte, conquistando novos mercados por todo o globo terrestre.

Com a ascensão de potências capitalistas, como Alemanha, Estados Unidos, França e Japão, a disputa por mercados gerou conflitos violentos, dentre

eles a Guerra com o Paraguai (ALVES, 2003).

A Guerra do Paraguai foi um conflito dessa natureza, que durou de 1864 a 1870. Nessa época, o Paraguai buscava uma forma de desenvolvimento auto-sustentado, com base na exploração dos seus recursos naturais, agropecuária, transporte e comunicações. A Inglaterra, pela necessidade de novos mercados, mobilizou a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), para a guerra, visto que o Paraguai estava controlando a passagem de mercadorias pelo seu território, via rio Paraguai (ALVES, 2003).

Em plena guerra, Corumbá passou a fazer parte do território conquistado pela República do Paraguai. A facilidade encontrada pelas forças paraguaias, na sua penetração pelo rio Paraguai, demonstrou realmente a fragilidade dos dispositivos militares de defesa do Brasil na fronteira. O significado maior da tomada da vila de Corumbá, apesar da invasão não ultrapassar essa localidade, foi o de assegurar, aos invasores, a navegação pelo rio Paraguai, e, como afirma Correa, V. (1981),

O despreparo e as dificuldades encontradas pelas forças brasileiras impediram uma mobilização mais intensa contra os invasores paraguaios. Assim, somente depois de dois anos, a 13 de junho de 1867, tropas vindas de Cuiabá sob o comando do tenente-coronel Antônio Maria Coelho conseguiram recuperar a vila de Corumbá (CORREA, L., 1981, p.66).

A vitória brasileira sobre o Paraguai foi precedida por uma epidemia de varíola, conhecida como bexiga, alastrando a terrível doença por toda a Província de Mato Grosso.

O saldo da guerra foi desolador para toda a região: tudo ficou devastado e a antiga vila em ruínas. Somente a partir de 1870 é que Corumbá começou a ser reconstruída, porém a miséria mais uma vez assolava o lugar,

Como parte integrante dessa massa de miseráveis vivia grande número de paraguaios que se instalaram em Corumbá após a guerra com o Paraguai. Sobrevivia esse contingente em condições sub-humanas, perambulando pelas ruas e vivendo de esmolas e caridade, tornando-se "vítima da fome da miséria, da embriaguez e da prostituição com todo o negro cortejo de seus males" (AFONSECA, 1980 apud CORREA, L., 1981a, p. 65).

Verifica-se já neste momento da história de Corumbá, o início da exploração sexual de mulheres, as paraguaias, desoladas pela guerra, momento em que muitas perderam seus companheiros e viram-se de repente, sem condições de sobrevivência, uma vez que seu país encontrava-se devastado, restando-lhes a prostituição como uma saída.

Após a guerra, financiada por instituições financeiras inglesas, e cujo resultado foi a devastação do território paraguaio e de sua gente, a região platina estava liberada para o comércio. O Governo Imperial, numa tentativa de ajudar seus habitantes e incrementar o desenvolvimento da região, franqueou o porto à importação de mercadorias de todas as origens, por um período de dois anos. Logo, todo o movimento comercial da Província passou a gravitar em torno dessa atividade (CORREA, L., 1981).

Em 1870 estabeleceu-se uma divisão do exército brasileiro, acompanhada por um grupo de mercadores encarregados de abastecer a tropa e que atraíram, posteriormente, maior número de pessoas e comerciantes. Esse movimento de transeuntes ocorria, pois o longo percurso da mercadoria até Cuiabá, quando do período das vazantes do rio Paraguai e seus afluentes, obrigavam o escoamento de mercadoria por meio de dois ciclos, o primeiro, até Corumbá, onde a mercadoria deveria ser armazenada e o segundo, até Cuiabá, através de embarcações menores, isso dava um movimento extraordinário de pessoas pelo porto de Corumbá (CORREA, L., 1981).

O fato da ocorrência do movimento portuário e militar na região de Corumbá nos leva a presumir, já que não se encontrou registro sobre o assunto, um intenso fluxo de pessoas do gênero masculino, e conseqüentemente o consumo do sexo através da prostituição, caracterizando uma possível intensa exploração sexual neste local.

A alfândega reinstalada fez com que os governos provincial e central voltassem a atenção para Corumbá, visto que, com o comércio em alta, a arrecadação de impostos era expressiva e para assegurar sua prosperidade precisavam dar um *status* de praça de guerra ao lugar, para isso, instalaram o Arsenal da Marinha, em 1872, na localidade nominada de Ladário, bem próxima de Corumbá, atraindo grande número de pessoas que se empregaram em sua construção (CORREA, L., 1981).

Contudo, a grande maioria da população corumbaense sofria sérias dificuldades de sobrevivência, face ao alto custo de vida local, revelando um grande índice de miséria. O crescente movimento comercial, em seu núcleo urbano, propiciava oportunidades de riqueza apenas para um reduzido número de pessoas (em sua maioria estrangeiros), que exploravam o comércio importador e exportador da Província. Em contrapartida, restavam poucas alternativas de trabalho e tornava-se difícil a sobrevivência da camada mais numerosa da população local, explorada igualmente pela ação de grandes comerciantes atravessadores (CORREA, L., 1981).

Nesse sentido, tornava-se visível uma dualidade na estrutura social de Corumbá em formação, emergindo um reduzido grupo de pessoas que se beneficiaram largamente com a principal atividade econômica da cidade, monopolizando o comércio e caracterizando uma concentração de renda. E, no outro extremo da sociedade local o grosso da população sobrevivendo em condições bastante precárias de vida (CORREA, L., 1981, p. 63-64).

A mesma situação de miseráveis e explorados ocorreria com indígenas que se deslocavam periodicamente das regiões próximas para o centro urbano de Corumbá e prestavam serviços na estiva do porto como mão-de-obra barata, vivendo também em extrema pobreza (CORREA, L., 1981).

Assim, Corumbá na medida que intensificava seu dinamismo comercial na região, tinha sua população aumentada gradualmente, adquiria novos direitos como cidade, o que impulsionava cada vez mais sua principal atividade econômica: o comércio (Foto 4).

Corumbá transformou-se, então, em fins do período imperial e início da fase republicana, no centro econômico e político de Mato Grosso. Entretanto, as características próprias do dinamismo, assumido pelo intercâmbio comercial, que possibilitou à cidade de Corumbá ser pólo irradiador de toda a vida política, econômica e cultural do Estado, também se tornou uma força vulnerável, à medida que esse poderio econômico dependia diretamente dos fluxos e refluxos da conjuntura internacional.

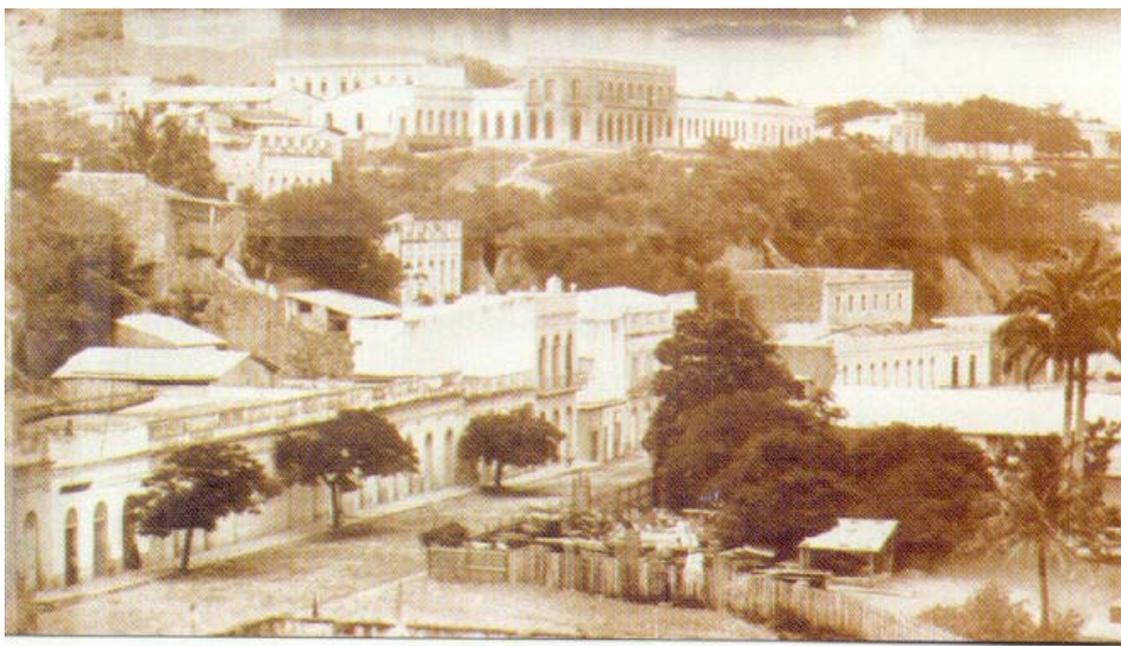


Foto 4 - O casario de Corumbá construída pelos imigrantes no início do séc. XX (fonte: Álbum Graphico, 1914).

Desse modo, além de fatores internos, como o deslocamento do eixo econômico de Corumbá para Campo Grande, em função da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e mesmo das enchentes periódicas, as graves concorrências externas, como a Primeira Grande Guerra e a crise de 1920, contribuíram para que Corumbá perdesse a supremacia como centro comercial mais importante do Estado (CORREA, L., 1981).

A pecuária pantaneira, que até então vinha passando por um processo lento de crescimento, tornou-se, com a crise da atividade comercial importadora-exportadora, a força econômica de maior expressão na região. No entanto, apesar da existência de algumas indústrias e de um comércio voltado em parte para o mercado boliviano, as características assumidas pela região, em função da atividade criatória tradicional, motivando uma alta concentração de rendas e uma baixa absorção de mão-de-obra, não levaram Corumbá a um desenvolvimento ao nível de suas potencialidades (CORREA, V., 1981).

O declínio da navegação até Corumbá teve início principalmente com a implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, inaugurada 1914 (Foto 5), chegava até Porto Esperança, às margens do Rio Paraguai. Construíram-se estradas que alimentavam as cidades do sul até os trilhos e o coroamento desse processo aconteceu com a ligação de Campo Grande à Cuiabá que desviou o

fluxo de atividades econômicas para o eixo São Paulo–Santos, proporcionando uma forma de exploração capitalista muito mais avançada, através de grupos monopólicos estabelecidos em São Paulo e que superavam os platinos.

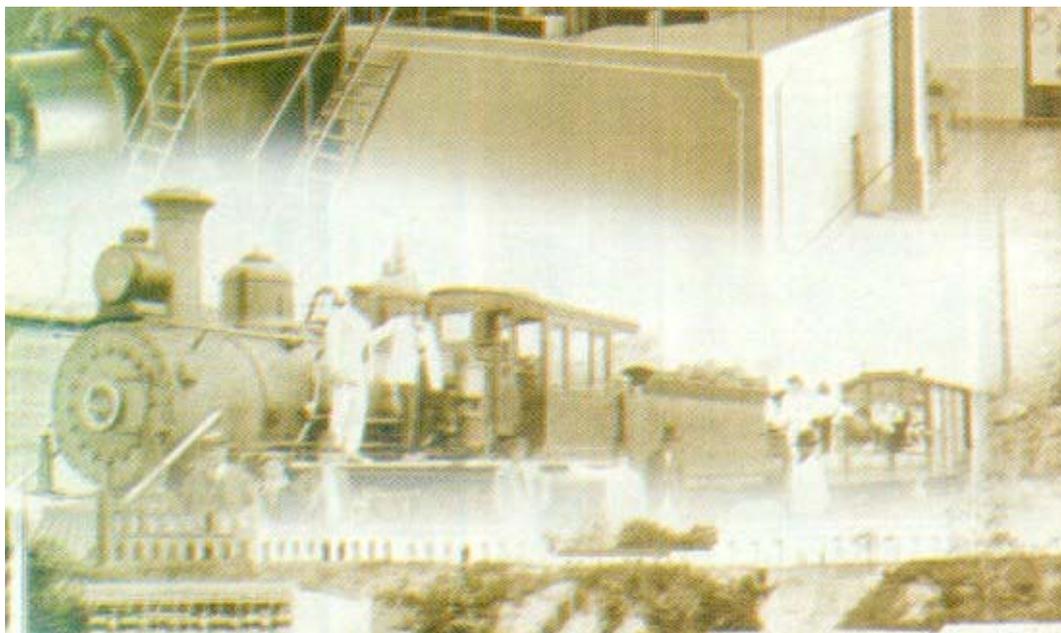


Foto 5 – Composição fotográfica que mostra a chegada do trem a Porto Esperança (1914), distante pouco mais de 60 km de Corumbá, cuja ligação ao porto de Corumbá era realizada por barco até o ano de 1953, quando é concluído o trecho férreo restante (fonte: Álbum Graphico, 1914).

Contudo, a partir da chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1953, em Corumbá, inicia-se um novo momento econômico e social na região. O declínio absoluto de produtos de varejo que chegavam pelo porto de Corumbá deu lugar ao comércio implementado pelo transporte ferroviário.

É importante lembrar que Corumbá foi uma cidade-regional até os anos cinquenta. Nela existiam e funcionavam indústrias motrizes e indústrias geradoras, capazes de promover um abastecimento regional (além do local) as quais, ao mesmo tempo, possibilitavam a edificação de outras indústrias com capacidade de abastecimento local. [...] Corumbá tornou-se a cidade do “já teve”, a partir do final da década de sessenta: já teve siderurgia, moinho de trigo, fiação, marmorearias, caieiras, curtumes, indústrias de sorvetes, refrigerantes, cervejas, etc.[...] (OLIVEIRA, 1998, p. 22).

O abandono do Casario do Porto, expressão do poderio econômico das casas comerciais dos portos, é um expressivo indicador da decadência do ciclo

econômico dominado pelo comércio através do porto. A partir das grandes inundações, no início da década de 1970, ribeirinhos, desalojados pelas enchentes, vão ocupar alguns prédios do Casario, transformando-os em cortiços, onde se aglomeram numerosas famílias. Outros prédios foram ocupados por empresas de turismo ligadas à pesca (Fotos 6 e 7) (ALVES, 2003).

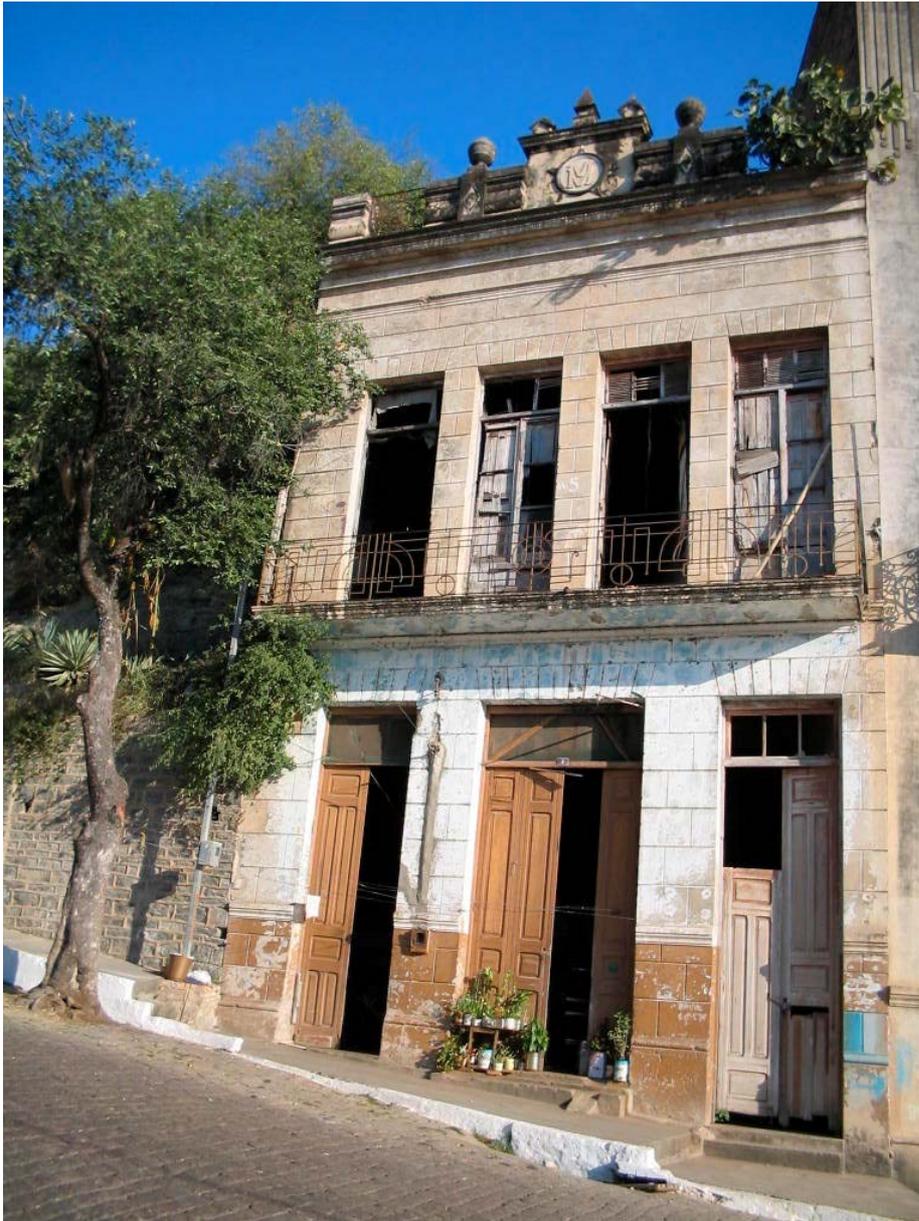


Foto 6 - Prédio abandonado nas proximidades do porto geral de Corumbá que se tornou cortiço, após a decadência do comércio portuário (fonte: Lomba, 2004).



Foto 7 - Casario do porto de Corumbá, Mato Grosso do Sul, na atualidade (fonte: Marchi, 2000).

A pecuária extensiva, praticada no Pantanal, correspondente à região do município de Corumbá, favorecida pelas pastagens naturais desse ecossistema, representa, ainda, atualmente, um dos importantes propulsores da economia local.

Corumbá também possui a maior jazida de manganês do planeta, sendo um importante exportador do minério para todo o mundo (OLIVEIRA, 1998).

Diante de uma série de vetores que influenciaram a composição orgânica espacial da cidade e da região, dois são fundamentais para que possamos entender a motricidade dos acontecimentos seguintes. O primeiro deles é o contingente populacional absorvido pela siderurgia. [...] a empresa foi responsável pelo traslado de mais de duas mil pessoas (nordestinos, sobretudo) no seu início, com intuito de coletar madeira de lenha para os fornos siderúrgicos. Considerando que a população de Corumbá e Ladário pouco ultrapassava os vinte mil habitantes, isso representou um acréscimo de 10% na população de uma hora para outra (OLIVEIRA, 1998, p. 43).

A distância dos pólos abastecedores de mercadorias de Corumbá e os problemas com o acesso acabam por encarecerem os produtos de 5% a 15%, penalizando a população que já sofre com inúmeros outros problemas locais (OLIVEIRA, 1998).

Corumbá recebeu, no final da década de 1980 quatro assentamentos de trabalhadores rurais, representando um número de 665 famílias, aproximadamente três mil pessoas. Os assentamentos Tamarineiro, Urucum e Taquarais poderiam representar, segundo Oliveira (1998) “a salvação da lavoura para região”, mas não houve provisão de condições para que isso ocorresse, pois, além do terreno não ter qualidade, não possuía infra-estrutura para moradia, escola, saúde, e a própria ausência de meios de financiamentos para o custeio

agrícola impondo uma “capacidade letárgica de produção” (OLIVEIRA, 1998, p. 24).

Corumbá é diferente. É diferente por sua história, por sua geografia e por sua economia. Como efeito, seu movimento é diferente em relação às demais cidades de Mato Grosso do Sul. A distinção e diversidade dessa região, comparadas às de outras regiões, são por si mesmas, motivo suficiente para um aprofundamento sobre sua realidade – fato não muito presente. Não há por que esconder: Corumbá, sua vida e seus movimentos são ignorados (OLIVEIRA, 1998, p. 14).

A diante será abordado o desenvolvimento do turismo em Corumbá, atividade esta que a colocará num dos principais pólos do turismo de pesca nacional e a relação que se constrói entre essa atividade e a exploração sexual de crianças e de adolescentes.

3.2 Turismo de pesca e exploração sexual de crianças e adolescentes

Após rápido traçado da trajetória histórica de Corumbá, fazem-se necessárias algumas considerações relevantes sobre sua posição sociogeográfica, que justificam, inclusive, a existência dos problemas relacionados ao turismo, especialmente ao de pesca.

Corumbá (Foto 8) está localizada no extremo oeste brasileiro no estado de Mato Grosso do Sul. Faz fronteira com a Bolívia, possui a 3ª população do Estado, ou seja, aproximadamente 95 mil habitantes (IBGE, 2000).

Dos 65 mil km² da sua área territorial, 70% é constituído pelo chamado Pantanal de Mato Grosso do Sul, o que corresponde a 37% de todo o Pantanal.

O Pantanal extravasa as fronteiras brasileiras, estendendo-se por dois países latino americanos, que fazem fronteira com o Brasil, a Bolívia e o Paraguai, constituindo uma das maiores planícies sedimentares do mundo (GARMS, 1993). Mato Grosso do Sul privilegia-se com 70% desse mosaico de paisagens que abriga, além de rica flora, centenas de espécies de aves, peixes e mamíferos, sem contar com o homem pantaneiro, que muito contribui para lhe dar as feições atuais (Foto 9).



Foto 8 - Porto Geral às margens do rio Paraguai e vista da cidade de Corumbá ao fundo (fonte: Marchi, 2000).

A bacia hidrográfica do Rio Paraguai comanda os processos das cheias, que, por uma declividade regional, na ordem de 0,3m/km a 0,5 m/km, inundam várias áreas, renovando a rica biodiversidade local (GARMS, 1993).

Toda a rede hidrográfica que alimenta o Pantanal é rica em recurso pesqueiro, fator que, anterior à descoberta da beleza paisagística e cultural, que o Pantanal possui, a partir da década de 1970, tem atraído considerável demanda de turistas motivados pelo esporte da pesca.

O turismo em Corumbá se estabelece como uma das formas para se contrapor à decadência econômica, provocada pelo deslocamento do eixo econômico para Campo Grande (1914), após a chegada do trem e, conseqüentemente, o desaquecimento do comércio local, com o enfraquecimento da dinâmica portuária existente no final do século XIX, que se estende até meados do século XX.

O trecho da estrada de ferro Noroeste do Brasil que liga Porto Esperança a aproximadamente 60 km de Corumbá, foi concluído em 1953, interrompendo, em grande parte, o escoamento de carga pelo modal fluvial, via rio Paraguai. Definitivamente, este fato enfraquece e extingue as casas comerciais do porto de

Corumbá.



Foto 9 - Vista aérea do Pantanal em Mato Grosso do Sul (fonte: Lomba, 2001).

Aliados a estes fatores, a partir de 1974, uma grande cheia do rio Paraguai, inicia uma periodicidade de alagamentos das terras do município de Corumbá, fazendo com que muitos proprietários rurais tenham perdas significativas do rebanho bovino, além de ter uma expressiva redução na área de criação.

Mais uma vez na história, Corumbá enfrenta um ciclo de muita miséria. Muitos ribeirinhos, acuados pelas enchentes periódicas, que se iniciam a partir da década de 1970, de forma intensa, no Pantanal, migram para a cidade de Corumbá, aumentando o número de desempregados e desocupados.

Políticas públicas da esfera federal e estadual passam a preconizar o turismo na região como forma de amenizar o estado econômico em que se encontra, e para isso, inicia projetos que visam a promover o turismo de pesca e o ecológico, realizado através de safáris fotográficos, nas propriedades rurais do Pantanal (GARMS, 1993).

Diante da riqueza explícita da biodiversidade do Pantanal e das transformações econômicas que há algumas décadas vêm transformando a paisagem e a cultura local, torna-se necessária uma análise socioambiental.

Para entender as relações da comunidade com o ambiente é importante entender a característica da sazonalidade que prevalece no Pantanal. Há dois grandes períodos bem delimitados, um de cheia e outro de seca. Os pescadores locais têm uma relação direta com estes ciclos. Estas estações controlam o movimento das pessoas e suas relações de produção (MACEDO, 2002).

A cheia e a seca são fortes indicadores de restrições e oportunidades ecológicas. A estação chuvosa começa entre setembro e outubro e termina entre abril e maio; porém, em Corumbá, o período de enchente começa em dezembro ou janeiro e o máximo da cheia acontece em maio ou junho.

[...] A pesca na seca está mais relacionada ao turismo e a pressões econômicas, e a pesca na cheia está relacionada a restrições ecológicas e políticas, de acordo com as datas fixadas por lei para piracema (período de proteção a reprodução dos peixes). Caracterizando como tempo de pesca, tempo de turismo, tempo de piracema (MACEDO, 2002 p. 42).

Alguns fatores merecem reflexão para entender o processo do êxodo rural para a cidade de Corumbá e assim compreender a realidade que se estabelece.

A migração da área rural para a urbana, para dar acesso à escola, aos filhos, a outras oportunidades de emprego, como, por exemplo, trabalhar como piloto de barcos pequenos para atender o turismo, tem gerado pobreza e desagregação social, já que os salários são baixos e o período fluxo de turistas é sazonal.

A pesca dita “esportiva”, praticada pelo turismo, tem atrapalhado a pesca de subsistência, a praticada tradicionalmente em canoas, pois os barcos, chamados de voadeiras, com potentes motores de popa, fazem ondas prejudicando a pesca artesanal. Também contribuem para a diminuição do estoque pesqueiro, visto que possuem técnicas aprimoradas para captura de peixes (MORETTI, 2001).

O expressivo fluxo de turistas que vêm para pescar no Pantanal é apontado por Moretti (2001, p. 62):

[...] levantamento realizado por Catella, Peixer & Palmeira de maio de 1994 a abril de 1995 e que constata que 46.161 pescadores esportivos visitaram o estado de Mato Grosso do Sul; deste total, 45,64% pescaram no rio Paraguai e 30,10% pescaram no rio Miranda, portanto, 75,74% dos turistas concentraram-se em apenas dois rios localizados na planície pantaneira.

A dependência do Estado, por meio do seguro desemprego e da cesta básica, na época de piracema, não tem dado oportunidade de criarem-se alternativas menos assistencialistas, agindo como fator de propicia a baixa estima da força produtiva.

A pesca, como forma artesanal e tradicional de subsistência do homem ribeirinho de Corumbá, foi obscurecida pela pecuária, ainda hoje uma das principais atividades econômicas da região.

A questão da falta de lugares para plantar, na seca, à medida que os antigos ribeirinhos perdem seu espaço de terra para plantar, como era de costume, ficam ociosos e a mercê dos programas assistencialistas do governo.

Os trabalhadores envolvidos com os serviços de hotelaria, pilotagem, com a coleta de iscas, pesca, entre outros, são os que apresentam o menor índice de renda e os que enfrentam maior grau de dificuldades e instabilidade no emprego. [...] com a chegada do turismo foi a melhor oportunidade que encontraram para empregar sua força de trabalho, numa região que tradicionalmente dispõe de pouca oferta de empregos (BANDUCCI JR., 2001, p. 95).

Naturalmente existem pessoas que migram do campo para a cidade em busca de uma vida melhor, no entanto, os ribeirinhos, quando migram para a cidade passam para a condição de pobreza, não sendo respeitados como população tradicional, com conhecimentos, sua própria história de vida e costumes. Como sempre viveram da pesca e possuíam autonomia profissional, tinham laços estreitos com o Pantanal e a sua sazonalidade. Mas ao chegar na cidade, há uma ruptura desses laços com o ambiente natural que o fazia de fato um pescador (MACEDO, 2002).

Esse fato somente elucida as condições de miséria que os ex-ribeirinhos passam a viver, depois que migram para Corumbá, engrossando, assim, a população urbana carente e vulnerável para as dissonâncias sociais.

Os barcos-hotel existem no Pantanal, desde a década de 1970, mas ganham representatividade na atividade turística entre as décadas de 1980 e 1990. O que era antes embarcações simples com quartos para os pescadores são transformados em hotéis flutuantes, com infra-estrutura para pesca e lazer dos turistas que praticam essa modalidade de turismo (Foto 10).



Foto 10 – Barcos-hotel atracados no porto geral de Corumbá, Mato Grosso do Sul (fonte:Lomba, 2004).

O turismo como atividade econômica, principalmente na modalidade de pesca, intensifica-se no final da década de 1970, estendendo-se pelas décadas de 1980 e 1990, tornando-se Corumbá uma das cidades portuárias brasileiras a ter uma das maiores estruturas para pesca fluvial, chegando a atrair, na década de 1990, mais de 70 mil turistas por ano (ANDRADE, 1998).

A oferta hoteleira aumenta significativamente com o avanço do turismo e os barcos-hotel disponíveis para a pesca ultrapassam a uma centena.

Tabela 1 - Evolução da rede hoteleira de Corumbá, 1995-2000

	1995		2000	
	U.H.*	Leitos	U.H.*	Leitos
Corumbá	765	1.673	829	2.288

Fonte: Superintendência de Turismo de Mato Grosso do Sul, 2001.

* U.H. – Unidades Habitacionais

A Tabela 1 representa o expressivo aumento na oferta de unidades habitacionais/leitos pela hotelaria, em Corumbá, que, em 1995 correspondia a 1.673 leitos, sendo que esse número salta para 2.288, em 2000.

Figura 1 - Quadro dos dados sobre a frota de barcos-hotel de Corumbá

Capacidade	Nº de embarcações	Nº de cabines	Nº de leitos
Pequena Capacidade (até 5 cabines)	30	104	370
Média capacidade (de 6 a 10 cabines)	15	96	302
Grande capacidade (acima de 10 cabines)	3	59	214
Total	48	259	886

Fonte: SEMACTUR, 2004.

Os barcos-hotel, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo de Corumbá – SEMACTUR (Figura 1), somam 48 embarcações (2004) e oferecem juntos 886 leitos que somados à capacidade hoteleira de Corumbá que é de 3.946 (entre os equipamentos urbanos e rurais), chegam a 4.832 leitos. Este número de oferta de leitos coloca Corumbá num confortável patamar da oferta turística nacional para a modalidade do turismo de pesca.

Alguns barcos têm sua capacidade variada para atender de 6 a 120 turistas. Possuem apartamentos, restaurante, sala de jogos, equipamentos de comunicação como rádio-amador, telefone e televisão, com serviço de hotel. Alguns incluem boates. Reproduzem portanto, o espaço urbano.

As transformações, efetivadas pelo capital na produção deste território, que procuram estruturar os elementos que o compõem, modificam as relações pretéritas construídas historicamente pela sociedade local, em um processo de (des)tradicionalização. Este processo destrói relações sociais e relações com a natureza e constrói outras relações. Trata-se, portanto, do processo de construção destrutiva. Este processo é central no capitalismo. Através da construção do novo e da destruição do passado é que ocorre o aumento do lucro e o acúmulo de capital (MORETTI, 2001, p. 51).

Os pacotes turísticos dos barcos-hotel duram em média cinco dias, navegando pelos maiores rios da planície pantaneira, sendo o principal o rio Paraguai.

Destaca-se também no período de estabelecimento do turismo, em Corumbá, o surgimento de novos empresários do ramo, porém verifica-se que a grande maioria, não é dessa região, sendo formada por empresários paulistas,

cariocas ou sulistas (MORETTI, 2001). Esse fator repercutirá no pouco relacionamento desses empresários com a comunidade local, não vinculando seu empreendimento aos aspectos da cultura regional, dando uma conotação de mera exploração das suas potencialidades, participando inexpressivamente na formulação de políticas públicas em torno da preservação ambiental e do bem-estar da própria mão-de-obra que explora.

Corroborar-se a isso, o descaso com o rico patrimônio histórico-arquitetônico que a cidade possui, sendo o mais expressivo de Mato Grosso do Sul, não tendo até o momento e tampouco no apogeu do turismo de Corumbá, a devida preservação e restauração que mereciam, pois não fora vinculado, de nenhuma forma, ao turismo de pesca ou ao turismo ecológico realizado na região.

Dentre os fatores que viabilizaram o turismo de pesca esportiva, no Pantanal, Moretti (2001) considera:

- a crise na pecuária extensiva, provocada por sucessivas cheias no Pantanal, a partir da década de 1970 reduzindo a área de criação em algumas propriedades da região de Corumbá, que propiciou a procura de novas atividades econômicas, tanto pela iniciativa privada quanto pelo poder público;

- a destruição mais intensa das condições naturais dos rios da região Sudeste, em consequência da industrialização/urbanização, o que provocou a procura, pelos pescadores amadores, de locais com condições naturais favoráveis para a existência de peixes considerados nobres, para atividade pesqueira;

- a construção e melhoria dos meios de transporte, com destaque para a instalação do Aeroporto Internacional em Corumbá com vôos diários para Campo Grande e São Paulo, e a construção e pavimentação da rodovia BR-262, que faz a ligação entre as cidades de Corumbá e Campo Grande, atravessando o Pantanal de leste a oeste em toda sua extensão; e,

- o aumento na frota de barcos-hotel e toda a infra-estrutura hoteleira e de serviços ao turista de pesca esportiva na cidade de Corumbá.

A relação do turismo com a exploração sexual de crianças e principalmente de adolescentes é evidenciada em algumas pesquisas na região.

Em entrevista com empresário ligado à atividade turística no município de Corumbá, em julho de 1998 Moretti (2001, p. 53) registrou a seguinte informação:

“a relação do turismo com a prostituição infanto-juvenil iniciou-se pela competição com outros lugares turísticos que ofereciam estes serviços. Procurando atrair maior número de turistas, empresários que atuam no Pantanal passaram a agenciar o trabalho de mulheres para acompanhamento dos turistas durante as pescarias. [...] todos os lugares têm prostituição, por isso aqui no Pantanal também tem este serviço” .

Outra pesquisa, relevante, e que pesou na escolha da reflexão do referido tema, foi realizada em 1997 e publicada em 1998 pela ONG IBISS-MS. Esta confirmou no município de Corumbá, dentre outros municípios da região do Pantanal, a relação do turismo, na forma de pesca, com a exploração sexual infanto-juvenil, identificando pacotes turísticos, barcos, hotéis, ranchos de pesca, além de luxuosas boates, encontrando meninas do próprio município, de outros municípios do Estado de Mato Grosso do Sul e de outros estados brasileiros.

Outra constatação, confirmada nas pesquisas citadas, é quanto ao gênero do público do turismo de pesca em Corumbá, que se configura eminentemente masculino, e que tem provocado demanda por serviços sexuais nas suas estadas. A imprensa escrita e falada tem evidenciado fatos que reforçam os resultados dessas pesquisas, indicando casos de exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes, por meio da atividade turística, no município de Corumbá, relacionada ao turismo de pesca.

Se não bastasse a pressão depredatória que o estoque pesqueiro do rio Paraguai e seus afluentes vem sofrendo nas últimas décadas, mediante o turismo de pesca esportiva, principalmente na região de Corumbá, a degradação social também se faz presente por meio da exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes, vulneráveis, pela condição socioeconômica em que se encontra grande parte da população local.

Oliveira (1998) aponta três aspectos que consolidam a participação do turismo na região, identificando como uma falsa moeda:

O primeiro é a prostituição, vinculada diretamente ao crescimento da atividade pesqueira e ao próprio desenvolvimento do lado boliviano. Ao longo dos anos noventa, foi visível o nascimento de casas noturnas ‘wiskerias’, ‘boites’, com shows de *strip-tease* e disponibilidades para o ‘negócio do sexo’.[...] por toda cidade, encontramos agenciadores de ‘mulheres’, os quais oferecem a venda de “sexo seguro, especializado, com garotas que variam de 14 a 40 anos” (sic). O segundo é o tráfico de drogas [...] . Devido à proximidade com a fronteira, Corumbá faz parte do “corredor do narcotráfico”, usado para a passagem da droga que abastece os centros maiores.[...] cada vez mais

sustenta a participação e o envolvimento de corumbaenses nessa atividade econômica ilícita.

[...] o terceiro e mais importante aspecto, o comércio de fronteira. O aparecimento de uma gama de produtos asiáticos de baixíssimo preço, no lado boliviano, tem atraído para a região uma quantidade cada vez maior de pessoas trasladam esse tipo de mercadorias para outras cidades do Estado. Há, contudo, que distinguir esses compradores. Uns, na realidade, são turistas que fazem compras de produtos na Bolívia, como atividade complementar. [...] Outros, porém vêm até a região com o intuito de comprar produtos para revender (OLIVEIRA, 1998, p. 58-60).

E ainda, Oliveira (1998) complementa afirmando que a atividade do turismo como animador dos vetores geoeconômicos de Corumbá “ainda está por vir”, pois a atividade encontra-se desarticulada, voluntarista (pouco profissional) e antiprodutiva para o conjunto da sociedade.

Além disso, não se percebe para o futuro próximo, uma articulação econômico-política que acione um plano de ordenação programada de exploração do potencial turístico regional. Ações que envolvam os diversos segmentos de interesse na atividade (públicos e privados) no estabelecimento de um plano diretor integrado à dinâmica regional, nacional e internacional. “A tendência, ainda que doa, é a persistência da subutilização dos recursos disponíveis (materiais e humanos) tanto no campo quanto, sobretudo, na cidade” (OLIVEIRA, 1998, p. 60-61).

O resultado é dramático. Além de promover uma exploração do turista durante o ano inteiro – com repercussão pouco alentadora para divulgação externa – o setor tanto inviabiliza uma articulação interna com os diversos setores da economia como, ainda, inviabiliza uma articulação externa com a demanda turística nacional e internacional, em pleno processo de crescimento (OLIVEIRA, 1998, p. 57-58).

A constatação do perfil do turista que se dirige à Corumbá para pesca, através de pesquisa, realizada no período de 2002 a 2003, identificou que se compõem de: 96% do sexo masculino, brasileiros, oriundos principalmente do estado de São Paulo (59%), seguidos dos estados do Paraná (17%), Minas Gerais (10%) e outros (14%), na faixa etária dos 45 a 55 anos (38%) e de 35 a 45 anos (26%), formado por profissionais liberais, empresários, diretores de empresas, com renda entre 2 à 5 mil Reais (46%) e entre 5 à 10 mil Reais (54%) (ANDRADE, 2003).

O perfil apresentado parece confirmar as hipóteses de que perfazem uma categoria que demanda serviços sexuais, logo, a exploração sexual, tendo em vista a predominância de uma cultura sexista e machista em grupo de gênero tão homogêneo e que encontram no local a vulnerabilidade social e econômica necessária para a oferta de sexo jovem e barato.

Outro fato que confirma as hipóteses do envolvimento da demanda turística do turismo de pesca à exploração sexual em Corumbá é a oferta de equipamentos denominados *casas de show* que, legalmente instaladas, estão em número de três. A partir de pesquisa realizada em 2003 com os seus proprietários, estes reconhecem que sobrevivem da oferta de programas com garotas aos turistas de pesca. Uma dessas casas chega a ter, na temporada de pesca, 80 *meninas*, como as identificam. Contudo, afirmaram que todas as funcionárias são maiores de idade (BALTAR e CLAROS, 2003).

A partir do ano de 2000, os governos federal e estadual implantaram uma normatização visando a estabelecer a redução anual de cotas de pescado para os turistas de pesca, o que levará, até o ano de 2005, a tornar-se apenas possível a pesca esportiva, o pesque e solte. Essa medida foi necessária, após intensos estudos científicos, objetivando a conter a redução dos estoques pesqueiros da região do Pantanal, já que o turismo de pesca tornou-se extremamente depredatório do recurso pesqueiro dessa região por enfrentar o abuso da extração indiscriminada durante trinta anos.

Contudo, percebe-se através do contato com a comunidade, o declínio que o turismo vem sofrendo na região e que se relaciona com a diminuição do recurso pesqueiro no rio Paraguai e a restrição imposta à pesca depredatória. Nada ou quase nada tem sido feito para amenizar essa situação. Políticas e/ou estratégias eficazes não foram colocadas em pauta para mudarem, em tempo, o rumo do turismo em Corumbá, causando um colapso na infra-estrutura hoteleira e de pesca, incluindo a grande subutilização dos serviços de todas as categorias ligadas direta ou indiretamente ao turismo. Pode se citar os barcos-hotel.

Essa prática de consumo de sexo pelo turista em Corumbá tem proporcionado o que Lins (2003) considera como “o encontro de dois mundos”.

De um lado, meninas oriundas da periferia e que vivem em miséria profunda, usando maquiagens e roupas provocantes que disfarçam a pouca idade. Do outro, os turistas, embalados pela idéia de que aqui tudo podem [...] acreditam que podem comprar favores sexuais dessas

meninas [...] (LINS, 2003, p. 75).

Lins (2003) argumenta ainda que essas meninas exploradas sexualmente pelos turistas, encontram-se em profunda miséria, convivem com distúrbios familiares, resultado da ausência ou ineficácia de políticas públicas de educação, moradia, lazer. Estão portanto, inseridas como qualquer indivíduo do mundo globalizado, no mundo cultural das necessidades e do consumo provocado pela mídia, principalmente, e vislumbram no turista a possibilidade de acesso a coisas e lugares inimagináveis para sua condição social. “Quem sabe a sorte de encontrar um turista endinheirado e generoso, que se apaixone e as possa tirar *dessa vida*” (LINS, 2003, p.75).

Identificou-se, ainda, uma questão preocupante: que a exploração sexual de crianças e adolescentes, não se relaciona somente ao turismo de pesca em Corumbá, mas apóia-se, também, às redes do tráfico de entorpecentes, lavagem de dinheiro, fraudes, falsificação de documentos, tráfico humano, pedofilia. Todo este processo é favorecido pela situação geográfica de Corumbá, cuja extensa fronteira seca com a Bolívia é conhecida como corredor da droga e das diferentes modalidades de crimes, onde se incluem aqueles que se relacionam com a prostituição de crianças e de adolescentes. Toda esta movimentação se fortalece cotidianamente, devido, principalmente, à ineficiente fiscalização, sem logística apropriada para coibir esses processos.

Esses fatores apontados, têm contribuído em boa parte para um processo cada vez maior de vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes da região a se prostituírem com os turistas que para Corumbá se deslocam.

CAPÍTULO IV

RESULTADOS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A fim de buscar subsídios para comprovação de suposições a respeito do fenômeno da ESCA e sua relação com a atividade turística, principalmente na modalidade de pesca, na cidade de Corumbá, e também para entendê-lo melhor, fez-se necessário conhecer como se organiza e se articula a rede de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente, bem como proceder a investigação de dados e de informações existentes nos órgãos e/ou setores que compõem essa rede, incluindo, ainda, considerações a respeito da situação sociocultural e econômica dos sexualmente explorados.

Para tanto, foi necessário conhecer com mais profundidade o funcionamento de cada componente dessa rede, através da observação, durante as visitas feitas a Corumbá e de entrevistas, transcritas para o diário de campo.

As sínteses dos relatos de informações, obtidas de membros da comunidade e que forneceram possibilidades de esclarecimento sobre o fenômeno em questão, serão também oportunamente consideradas.

Ainda nesta etapa serão demonstrados os resultados obtidos por meio da análise de onze casos de exploração sexual de CA, relacionados ao turismo de pesca, identificados e registrados junto à rede de atendimento, com o objetivo de entender o perfil dos explorados e as causas que tornam essas crianças e adolescentes vulneráveis ao fenômeno da exploração sexual.

Com relação aos setores público e privado do turismo local, mesmo sensibilizando-os para responderem ao questionário que tinha a intenção de verificar como estes setores vêem o fenômeno da exploração sexual de CA pelo turismo de pesca em Corumbá e como se articulam junto à rede de enfrentamento ao fenômeno, estes não responderam ao questionário, optando-se, em casos desta natureza, ao registro do que se verificou em trabalhos monográficos acadêmicos, elaborados na região e, também, levando-se em conta as ponderações feitas pela rede de enfrentamento nas suas respostas ao

questionário, quando se perguntou sobre a articulação dos setores público e privado no enfrentamento ao fenômeno.

4.1 Rede de enfrentamento ao fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes em Corumbá-MS, no contexto do turismo

A partir de 1997, Corumbá já possuía uma base de detecção dos casos de exploração sexual de criança e de adolescente, constituída pela Comissão Municipal de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil COMCEX COR. Essa Comissão estabelece, desde então, uma articulação entre órgãos governamentais e não-governamentais, que formam uma rede de enfrentamento ao fenômeno, alguns, como é o caso do programa federal Sentinela, surgiram mais tarde, em 2001.

São relatados, portanto, fatos e dados relevantes, observados e registrados durante a pesquisa, quando das visitas a Corumbá. Esses dados foram coletados junto à rede de enfrentamento e serviram para apontar o papel de cada componente, sua articulação com a rede e sua visão para com o fenômeno da ESCA e seu vínculo ao turismo de pesca, em Corumbá, indicando as causas do fenômeno em questão.

A escolha dos órgãos/setores aqui apresentados baseou-se não só nas leituras anteriores, mas também nos contatos e nas informações fornecidas durante as estadas deste pesquisador em Corumbá.

4.1.1 Descrição e papel dos componentes da rede, articulação e visão sobre as causas do fenômeno

Programa Sentinela

O Sentinela é um programa Federal (vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), criado em 2000, a partir da implantação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e Adolescência.

Em Corumbá, o Programa funciona em parceria com a Prefeitura Municipal, ligado à Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social. Destina-se a oferecer atendimento psicossocial às vítimas de violência sexual (crianças, adolescentes e familiares).

O sistema de atendimento ocorre através do encaminhamento do Conselho Tutelar, Ministério Público ou Juizado da Infância e Juventude, ou, ainda, da Delegacia da Infância e Juventude. Também ocorre o fato de pais ou responsáveis por crianças e adolescentes vítimas procurarem o Programa.

O atendimento é feito por Psicólogos ou Assistentes Sociais, lotados no programa, que registram dados sobre a vítima, sua família e o fato ocorrido. Registram-se informações demográficas, do perfil do explorado, do explorador e a situação que levou o fato ao Programa. Estes dados subsidiam uma análise qualitativa, ou seja, registram-se os dados socioeconômicos (renda familiar, grau de escolaridade, etnia, origem), tipos de violência (abuso sexual, exploração sexual, negligência, violência física), alguns dados sobre o agressor (vínculo com a vítima, grau de escolaridade, ocupação) e origem dos encaminhamentos ao Programa (se família, Conselho Tutelar, comunidade, ou a própria criança/adolescente).

No banco de dados informatizado do Sentinela há o registro dos casos atendidos de 2001 a 2003, contudo, não são identificados com precisão os casos de exploração que estiveram relacionados ao turismo (Tabela 2 e Figura 2).

Porém, através das respostas ao questionário entregue ao Programa Sentinela, seu informante confirmou que “há muita exploração sexual de crianças e de adolescentes ligada ao turismo de pesca e que entre os períodos de 2003 a 2004, relativamente menos que em anos anteriores, já que a própria pesca tem diminuído sua demanda” e isso se deve à diminuição do recurso pesqueiro e as recentes reduções de cotas de pescado (INFORMANTE SENTINELA, 2004).

As cotas de pescado tratadas aqui são estipuladas nas resoluções estaduais que tratam desse assunto.

Pôde-se observar que o Programa Sentinela apresenta alguns aspectos positivos no enfrentamento ao problema, principalmente no tocante a medidas preventivas, como é o caso do oferecimento de cursos rápidos de atualização de seus membros, através de convênios com outras instituições, como é o caso do desenvolvimento de um trabalho na prevenção de Doenças Sexualmente

Transmissíveis – por meio do Programa DST/AIDS, em conjunto com o sistema de saúde local.

Há que se salientar também sua boa relação com programas que visam à reinserção de vítimas da violência sexual, como O Programa Agente Jovem, que oferece cursos de capacitação aos jovens e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que disponibiliza uma quantia em dinheiro para a família manter a criança/adolescente na escola.

Ressalta-se que apesar do empenho deste Programa, ele não conta com cursos profissionalizantes ou programas suficientes de geração de renda para encaminhar as adolescentes e suas famílias atendidas, fragilizando, assim, as medidas de reinserção destes à sociedade, o que dificulta os esforços para a erradicação ao fenômeno.

Por meio de entrevistas foi possível saber que o Programa Sentinela tem atendido casos de exploração sexual de crianças e adolescentes ligados ao turismo e que as denúncias, em geral, advêm da comunidade, de ações de repressão policial ou ainda, do Conselho Tutelar. As revelações quanto aos exploradores e detalhes sobre os locais em que ocorrem os casos de exploração são revelados no atendimento psicossocial.

Essas revelações têm indicado, segundo informações concedidas pelo informante do Programa Sentinela, que “os adolescentes são abordados em escolas, quadras de esportes, boates e clubes e que a rede de exploração apresenta-se bem organizada com operadores diretos e indiretos. O adolescente inicia vida sexual através de um falso relacionamento afetivo, que, posteriormente, por meio de ameaças, chantagens, favorecimentos financeiros de várias espécies, transforma-se em prática da prostituição. Os programas ocorrem em casas de ‘amigos’, em festas fechadas” (INFORMANTE SENTINELA, 2004).

Ao observar a Tabela 2 e a Figura 2 (gráfico), fornecidos pelo Programa Sentinela, conclui-se o aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes em Corumbá nos anos de 2001 a 2003, superando a exploração sexual ao abuso, neste contexto, considerado àquele intra-familiar ou que não envolve favorecimento comercial. Outra questão que chama a atenção é o alto índice de casos que não identificam o agressor (Tabela 3 e Figura 3 - gráfico), demonstrando a possibilidade de grande parte estarem ligados ao turismo/turista já que esse tipo sequer é identificado no banco de dados do Programa Sentinela.

Tabela 2 - Violência Sexual contra crianças e adolescentes em Corumbá – MS nos anos de 2001, 2002 e 2003.

Violência	Frequência	%
Abuso Sexual	116	47.7
Exploração Sexual	127	52.3
Total	243	100.0

Fonte: Programa Sentinela, 2003.

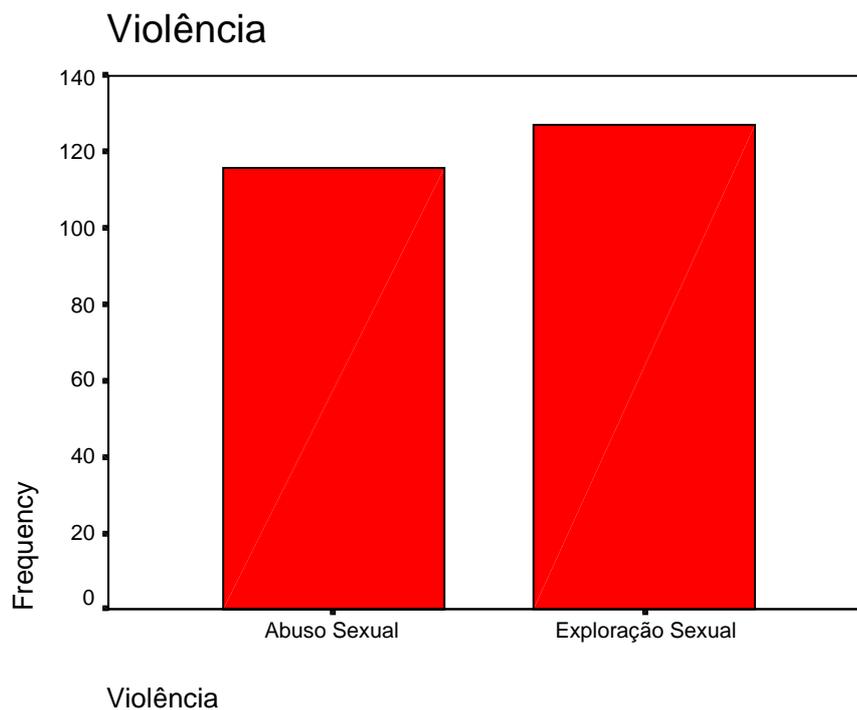


Figura 2 - Gráfico do tipo de violência sexual contra a CA em Corumbá no período de 2001 a 2003 (fonte: Programa Sentinela, 2003).

Tabela 3 - Vínculo da vítima de violência sexual com o agressor (2001-2003)

Vínculo	Frequência	%
Não Definido	102	42.0
Amigos	26	10.7
Avô	3	1.2
Desconhecido	60	24.7
Irmão	1	.4
Mãe	3	1.2
Namorado	9	3.7
Padrasto	13	5.3
Pai	10	4.1
Pais	1	.4
Primos	2	.8
Tia	1	.4
Tio	4	1.6
Vizinho	8	3.3
Total	243	100.0

Fonte: Programa Sentinela, 2004.

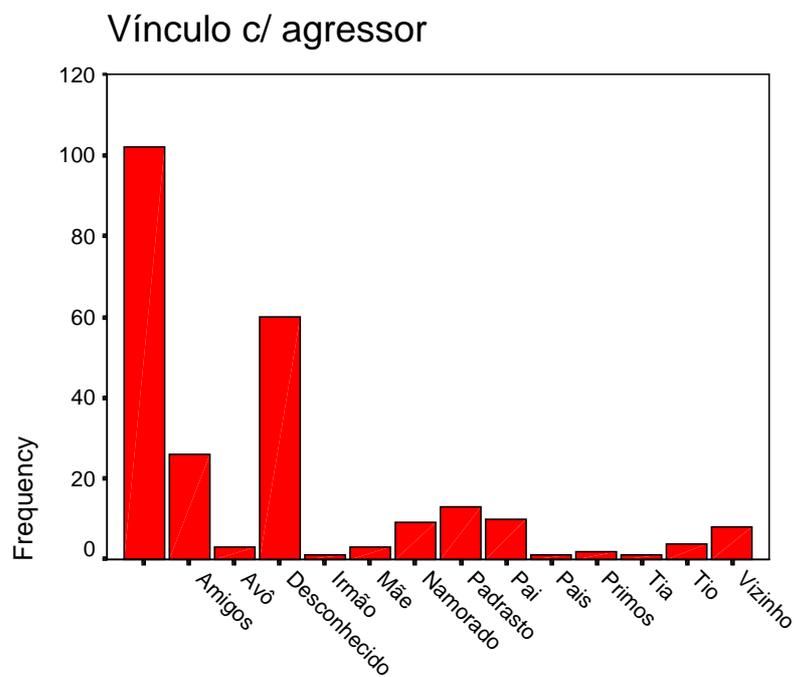


Figura 3 - Gráfico da frequência do vínculo do agressor com a vítima de violência sexual contra a CA em Corumbá de 2001 a 2003 (fonte: Programa Sentinela, 2004).

Na questão que tratava de saber sobre a articulação do setor público e privado do turismo local com a rede de enfrentamento ao fenômeno da ESCA obteve-se a resposta que se segue: “Atualmente o programa desconhece o envolvimento do setor público do turismo local nas articulações da rede de enfrentamento ao fenômeno da exploração sexual de crianças e de adolescentes. Foram iniciadas algumas ações em conjunto com vários órgãos de defesa, naquilo que denominaram de ‘força tarefa’, com vistas ao enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, porém, nas visitas realizadas não se constatou o prosseguimento efetivo dessa ação. Desconhecemos, também, qualquer ação de articulação no enfrentamento por parte do setor privado do turismo” (INFORMANTE SENTINELA, 2004).

E conclui o questionário dando indicações sobre as causas do fenômeno investigado. “A percepção dos entrevistados (atendidos no Programa), o fenômeno da exploração sexual em Corumbá está ligado, do lado da demanda, à pesca; do lado da oferta, à pobreza e sobretudo da desestruturação familiar. Principalmente em alta temporada do turismo (principalmente o da pesca) formado por grupos quase 100% masculino” (INFORMANTE SENTINELA, 2004).

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

O CMDCA, por força de lei, é o espaço estratégico para a implementação das políticas municipais de proteção jurídico-social da população infanto-juvenil de Corumbá. Desde 1998 participa ativamente das ações planejadas pela Comissão Municipal de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Corumbá (COMCEX COR).

Na opinião do entrevistado do CMDCA, de Corumbá, “a localização da região é propícia para o crime organizado, e o senso comum entende que a falta de emprego tem contribuído para a exploração sexual de crianças e adolescentes. Algumas atividades comerciais propiciam a exploração sexual, dentre elas o turismo, que é eminentemente masculino. Existem duas categorias de exploradas ‘as vitaminadas’, pertencentes à rede de prostituição (boates e wisquerias) e ‘as filhas das regiões ribeirinhas’, essas são exploradas pelos tripulantes e funcionários dos barcos-hotel” (INFORMANTE CMDCA, 2004).

Considerou como um fator agravante no processo do fenômeno da ESCA o número expressivo de “crianças nas ruas até muito tarde, muitas comprando e consumindo bebidas alcoólicas sem nenhuma fiscalização” (INFORMANTE CMDCA, 2004).

Outro fator relevante e que beneficia a exploração sexual em Corumbá, apontado pelo Conselho, é “a não fiscalização efetiva na fronteira, muitas meninas são levadas à noite para a Bolívia para a prostituição” (INFORMANTE CMDCA, 2004).

Dentre os aspectos negativos apontados pelo Conselho e que impedem mais eficiência na sua atuação está “a falta de infra-estrutura operacional (computador, arquivo, telefone, internet etc.), de apoio logístico e mais recentemente da secretária-executiva para a organização e a produção de material de expediente de suas atividades-fim, o que tem impedido o CMDCA de estruturar um banco de dados à altura de suas prerrogativas e de sua atuação” (INFORMANTE CMDCA, 2004).

O CMDCA vem se empenhando na articulação dos diferentes segmentos sociais no combate à exploração sexual comercial em Corumbá, promovendo, em parceria com a COMCEXCOR, atividades de capacitação e mobilização nas mais diferentes camadas da sociedade local. Entretanto, o informante observou que, “a falta de engajamento mais afirmativo do gestor municipal não tem permitido um papel efetivamente proativo dos conselheiros” (INFORMANTE CMDCA, 2004).

Sobre o engajamento do setor público do turismo no combate ao fenômeno da ESCA, seu informante respondeu, “a despeito das inúmeras tentativas de diálogo, o CMDCA até a presente data não foi recebido pelo titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura e Turismo (SEMACTUR), nem mesmo quando da preparação das polêmicas ‘forças-tarefa’ (ação de repressão empreendidas pela Polícia Militar em convênio com a SEMACTUR, aos estabelecimentos como lanchonetes, bares e boates, que permitiam a freqüência de menores) contra as quais o CMDCA e a COMCEX-COR se insurgiram, recorrendo ao Ministério Público para que cessassem, pois representavam uma flagrante transgressão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)” (INFORMANTE CMDCA, 2004).

Pelos depoimentos dos membros do CMDCA engajados no enfrentamento da violência sexual contra a população infanto-juvenil, o setor privado do turismo

local “não só não tem apoiado como tem recorrido às lideranças políticas para desarticular suas ações” (INFORMANTE CMDCA, 2004).

COMCEX COR

O papel do Comissão Municipal de Combate à Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes de Corumbá – COMCEX COR é de articular, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas no município, bem como sensibilizar a sociedade a respeito do fenômeno da ESCA.

A comissão compõe-se por um representante do gestor municipal (Secretaria de Trabalho e Assistência Social - SETASS); um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e por demais órgãos governamentais e não governamentais de relevância importância para o enfrentamento à ESCA.

O informante da Comissão declarou “não possuir um banco de dados sobre o fenômeno da ESCA, devido à falta de apoio do gestor municipal em fornecer a infra-estrutura necessária (INFORMANTE COMCEX COR, 2004).

Em resposta ao questionário afirmou que o setor público e privado do turismo, “apenas recentemente, começou a discutir essa problemática (ESCA), [...] fevereiro/2004, e que deu início à estratégia de abordar o assunto dentro da Associação Corumbaense de Empresas Regionais de Turismo (ACERT), conscientizando seus membros de que a facilitação do turismo sexual denigre a imagem da cidade” (INFORMANTE COMCEX COR, 2004).

Com relação às causas que levam à ESCA em Corumbá obteve-se a seguinte resposta: “Uma das causas preponderantes do fenômeno da exploração sexual de criança e adolescente é a condição socioeconômica da população, a falta de emprego, bem como questões culturais e de gênero que ainda são muito marcantes na estruturação da consciência coletiva da população (INFORMANTE COMCEX COR, 2004).

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar é um órgão criado, através de lei municipal, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e

do adolescente. O Conselho Tutelar é composto de no mínimo cinco membros, escolhidos pela comunidade local, com mandato de três anos, permitida uma recondução. O apoio logístico e operacional deve ser dado pela Prefeitura Municipal local.

Quando do início da pesquisa, entre os anos de 2002 e 2003, o Conselho Tutelar de Corumbá passava por sérios problemas de organização, percebendo-se um descontentamento por parte da comunidade local, representada pelos conselhos municipais e outros membros da rede de enfrentamento na condução de suas atribuições.

Em julho/2004, contatou-se que esse Conselho está reestruturado, com novos conselheiros e que no período da última visita à Corumbá (julho/2004) para a última coleta de dados, os seus conselheiros estavam passando por uma capacitação, razão por que só no último dia da visita pôde-se conseguir contato direto com a coordenação local.

Mesmo solicitando a importante colaboração do Conselho em responder ao questionário elaborado, este não o fez, impossibilitando de que se obtivesse uma riqueza maior de dados, que permitisse saber, com maior precisão o que pensam sobre o fenômeno da ESCA e o turismo em Corumbá.

Contudo, foi possível coletarem-se algumas informações sobre o referido Conselho por intermédio de alguns membros da rede de enfrentamento, que explicaram como se dá a articulação com essa rede, bem como outras informações que foram julgadas relevantes para a explicitação do problema turismo e exploração sexual de criança e adolescente.

Com relação à infra-estrutura de atendimento existente, os informantes apontaram que não é compatível com a demanda de serviços e que os procedimentos de registro das ocorrências não são padronizados e não explicitam a classificação dessas ocorrências, fazendo com que não fique clara relação dos casos de exploração sexual com o turismo local. Estes fatos acabam tornando menos eficiente a atuação do Conselho Tutelar local, no tocante a esse assunto.

Membros da rede de enfrentamento apontaram que, a partir das 18 horas, o Conselho Tutelar não realiza busca ativa de casos, nem fiscalizações, pois encerram o expediente. Outras vezes é a falta de combustível, dificultada pela burocracia municipal, que tem colocado em questão a eficiência no atendimento, pois raramente a Polícia local procura o Conselho Tutelar, à noite. Tanto a polícia

quanto os membros do Conselho têm dificuldade em chegar às áreas rurais. Devido a essas dificuldades, torna-se impossível chegar ao flagrante de exploração sexual, entre outros crimes contra crianças e adolescentes quando denunciados.

Delegacia da Infância e Juventude

A Delegacia de Atendimento da Infância e Juventude – DAIJ tem como atividade principal a apuração de atos infracionais cometidos por menores, e, aliado a isso, realizar investigações de crimes de caráter sexual, praticados contra menores, como estupro, atentado ao pudor, favorecimento à prostituição e exploração sexual. Todos os procedimentos policiais são encaminhados à Promotoria da Infância e Juventude, que depois viram processos no fórum da cidade. Articula-se diretamente com o Conselho Tutelar, Programa Sentinela, e recebe denúncia da população em geral.

Como a Delegacia da Infância e Juventude não é especializada em crimes contra a criança e ao adolescente, sua principal atribuição é o combate aos menores infratores, ficando aqueles com atuação deficiente.

Os dados necessários para a constatação precisa do fenômeno da exploração sexual e sua relação com o turismo local, por parte da DAIJ, conforme explicação do próprio informante “correm em segredos de Justiça, portanto são inacessíveis” (INFOMANTE DAIJ, 2004), contudo, informou ainda que “a exploração sexual e uso de droga representam a maioria das ocorrências e envolvem adolescentes. Adolescentes de fora, como Campo Grande e de outras cidades do Estado, são encontrados sem documentos, o que dificulta a busca da família pelo Conselho Tutelar e acabam indo para os abrigos, cuja clientela, na maioria, são vítimas de exploração sexual. Isso ocorre porque, na temporada de pesca, as meninas entram no pacote, por ocasião da pobreza e a exploração é incentivada pelas famílias” (INFORMANTE DAIJ, 2004).

Apontando uma certa contradição afirmou também que, “em Corumbá temos uma boate sofisticada e que atende os turistas da pesca, contudo não temos vislumbrado o turismo como causa principal. Aliás, os turistas têm receio de qualquer problema com a Polícia, e quanto a menores, aí nada de

comprovado. [...] não me recordo de prisão de turista com menores com relacionamento sexual. O que pode ocorrer, mas são muito velados” (INFORMANTE DAIJ, 2004).

Essas afirmações do informante da DAIJ, em resposta a uma questão do questionário, denotam preocupação no esclarecimento às informações solicitadas, embora sejam suficientes para confirmar e esclarecer a relação do turismo de pesca com a exploração sexual de crianças e adolescentes em Corumbá.

Em conversa informal com o delegado responsável este declarou que a Delegacia está sobrecarregada de serviços tornando menos eficiente sua atuação junto aos casos de ESCA. Este tipo de resposta reforça a idéia de que outros serviços são tão ou mais relevantes do que os relacionados à exploração de crianças e adolescentes.

Juizado da Infância e Juventude

Não foi aplicado nenhum questionário ao Juizado, pois, no período da última visita em que se pretendia coletar informações mais detalhadas junto a este importante órgão da rede de enfrentamento, o Juiz responsável encontrava-se em férias. Porém algumas informações foram coletadas junto a órgãos da rede de enfrentamento e que se julgou relevante para entender não só a articulação do Juizado com a rede, como também suas deficiências no enfrentamento à ESCA.

Sendo assim, conseguiu-se a informação de que o Juizado da Infância e Juventude de Corumbá dispõe de uma estrutura pequena de atendimento para um município relativamente grande e com uma incidência considerável de casos de crimes contra criança e adolescente. Para esse tipo de atendimento conta apenas com um assistente social, que também atende a Vara da Família, não tendo profissional da área de Psicologia.

O Juizado da Infância e Juventude recebe denúncias, principalmente do Conselho Tutelar e toma as medidas cabíveis, porém, por não ser uma Vara especializada em crimes contra criança e adolescente, pois julga os casos cujo adolescente é infrator, concentrando numa única Vara os casos tanto de crime contra a criança e adolescente, quanto os de infração por eles praticadas. Por

isso, não conseguem atingir eficiência nos casos, ficando esses processos sem prioridade no julgamento.

Também não existem instrumentos ou procedimentos estruturados para planejamento, monitoramento e avaliação dos casos relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes.

O Centro de Referência de Estudos da Infância e Adolescência – CREIA UFMS

O CREIA da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Corumbá tem colaborado no processo de enfrentamento ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Corumbá, elaborando diagnósticos, oferecendo cursos de capacitação, e, neste momento (2004), coordena o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR.

Em 2001 o CREIA elaborou um diagnóstico da exploração sexual/comercial de crianças e de adolescentes, no município de Corumbá. A pesquisa teve uma duração aproximada de quatro meses e constatou que, na época da pesca, muitos barcos saem com turistas e logo após saem barcos com meninas para serem exploradas sexualmente. Muitas meninas vivem com as famílias e ajudam no sustento da casa, razão por que os pais ou responsáveis fecham os olhos para o problema.

O Centro de Referência tem identificado muitas crianças/adolescentes vítimas já atendidas pelos programas locais, mas que continuam sendo exploradas sexualmente. Reconhecem que, em Corumbá, faltam mecanismos de atração e programas integrados para atendimento às vítimas, não havendo, ainda, um trabalho sistemático de acompanhamento dessas crianças e adolescentes, o que acaba favorecendo seu retorno ao mundo da exploração sexual.

A ONG OCCA Pantanal

A Organização de Cidadania, Cultura e Ambiente (OCCA) tem contribuído desde a sua fundação, em 2001, para a implementação de ações que visam ao enfrentamento à violência sexual contra a população infanto-juvenil, na região.

Seja por meio de atividades de sensibilização, mobilização e articulação em atividades para o público escolar e comunidades religiosas, seja por meio de ações políticas do Fórum Permanente de Entidades Não-Governamentais de Corumbá e Ladário (FORUMCORLAD), a cidade de Ladário se separada de Corumbá apenas por uma rua.

A OCCA tem se empenhado em promover o fortalecimento da (COMCEX COR) e na execução do Plano Municipal construído com tal objetivo.

Quando questionados sobre a relação do turismo de pesca com a exploração sexual de CA, em Corumbá, o informante explicita que: “Tem encaminhado denúncias contra empreendimentos turísticos da área urbana e rural para os órgãos competentes, mas a resolutividade dos mesmos não tem sido a esperada, seja pela falta de capacitação dos operadores de direitos, pela falta de vontade política dos gestores ou mesmo pela omissão das testemunhas. [...] até onde pudemos acompanhar (pois não se trata de nosso eixo de ação), é evidente a relação com o turismo de pesca, de predomínio masculino, processo cada vez mais discreto, por causa das campanhas de combate à exploração sexual: além do(a) aliciador(a), há o(a) agenciador(a) na exploração sexual comercial, da qual o turismo sexual é sem dúvida a maior fonte de divisas” (INFORMANTE OCCA, 2004).

Quando inquirido a respeito do setor público do turismo, no que diz respeito ao engajamento ao trabalho de enfrentamento da ESCA, respondeu que, “O gestor municipal de turismo não tem dado provas afirmativas de sincero engajamento no combate ao turismo sexual, seja mediante a construção de política sustentável de turismo e até mesmo de participação na execução do plano municipal de combate à exploração sexual. Durante os quase oito anos do atual gestor municipal não houve interlocução com a sociedade e todas as iniciativas oriundas da atual Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura e Turismo (SEMACTUR) obedeceram à lógica do autoritarismo e da presunçosa auto-suficiência que marca a conduta da instituição nas questões inerentes ao meio ambiente, à cultura e ao turismo” (INFORMANTE OCCA, 2004).

Com relação ao engajamento do setor privado do turismo local ao fenômeno da ESCA, afirmou que, “o *trade* de turismo tem se isolado, não investe na profissionalização de seus trabalhadores e, pior, vem dando provas de total desarticulação, fazendo jus à fama de que a maioria dos empresários instalados

nesta fronteira se dedica a outra atividade mais rentável, trabalhando contra o desenvolvimento do turismo sustentável na região” (INFORMANTE OCCA, 2004).

O informante apontou as causas do fenômeno da ESCA, em Corumbá, admitindo que a principal causa “é a ausência de políticas públicas consistentes e articuladas, tanto no contexto social como econômico, que são de responsabilidade dos gestores das três esferas de governo, a não implantação de uma política de fomento do turismo, devidamente construída com os diferentes segmentos sócio-econômicos de Corumbá, na qual a profissionalização das pessoas da região fosse priorizada e a cultura local fosse valorizada, associada à não implementação de políticas de fomento do comércio e dos transportes (todas atividades do setor terciário da economia), contribuiu para a expansão de atividades da economia informal, com fortes vínculos com atividades do crime organizado” (INFORMANTE OCCA, 2004).

No contexto social, explicou que, “a inexistência da rede de assistência social e do sistema de garantia dos direitos da população infanto-juvenil, aliada à devida política de geração de emprego e renda, tem servido de caldo de cultura para o fortalecer as iniciativas criminosas que vêm prosperando na região. E a isso tudo se some a cínica falta de vontade política de equacionar as grandes questões de nossa fronteira” (INFORMANTE OCCA, 2004).

4.2 Setor Público e Privado do Turismo local

Setor Público

Como o setor público do turismo de Corumbá, representado pela Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo – SEMACTUR, não respondeu ao questionário entregue, identificaram-se junto à rede de enfrentamento local alguns pontos relevantes para serem registrados.

A criticada “força-tarefa” que ocorreu em 2003, teve uma importante participação do setor público do turismo local, que após muitas denúncias, pesquisas e notícias pela mídia, apontando Corumbá como um pólo de exploração sexual de CAs pelo turismo de pesca, com essa ação tentou inibir a ligação turismo-exploração sexual. A intenção era limitar a prostituição ao território das casas de prostituição. Essa “força-tarefa”, até pela pressão da rede de enfrentamento, não teve continuidade, pois entenderam que a forma de

abordagem das crianças e adolescentes nos lugares onde se encontravam, era constrangedora e inapropriada, indo contra o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, já que ocorria com carros da polícia, sem a presença de conselheiros tutelares, ou outros membros do CMDCA.

A ação não tinha, portanto, nenhuma articulação, muito menos aprovação da rede de enfrentamento à ESCA.

Setor Privado

Representado principalmente pela Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo – ACERT, que congrega empresas hoteleiras, agências e operadoras de turismo, restaurantes e barcos-hotel, foi procurada para responder o questionário da pesquisa em julho/2004. Como o atual presidente da associação não estava presente, após uma reunião, os associados prontificaram-se, a responder o questionário e encaminhá-lo por e-mail, o que não aconteceu até o momento. Isto leva a crer que esse setor não se sentiu a vontade para responder as questões formuladas.

4.3 Posição da comunidade

Ao entrevistar membros da comunidade que aceitaram falar sobre o assunto relacionado ao turismo e a ESCA, em Corumbá, estes solicitaram que a entrevista não fosse gravada, e que não fossem identificados nominalmente. Diante disso, registraram-se as informações mais relevantes no diário de campo.

Ao serem indagados sobre o assunto relataram que a prostituição infantil ocorre principalmente nas imediações do porto, região em que vivem, o que lhes dá a oportunidade de presenciar a situação. Contaram que os barcos de turismo costumam sair para a pescaria, no sábado, só retornando alguns dias depois. Os barcos pequenos, denominados de voadeiras, com motor de popa, usados pelos pescadores e que acompanham os barcos-hotel, conduzem as adolescentes entre 13 e 16 anos até os locais mais distantes. Afirmaram que os turistas têm exigido que estas meninas sejam cada vez mais novas. Usam a seguinte expressão “que ensinam elas”.

Não se contentando com os dias de pescaria, em que desfrutam da companhia das meninas, ao retornarem, na quarta, quinta ou sexta-feira, inicia-se o outro momento da exploração sexual.

As garotas agenciadas aguardam nas agências do porto, algumas são profissionais do sexo (maiores) que vêm a Corumbá pela grande demanda de serviço. São contratadas, principalmente pelas wisquerias ou casas de *show*, como são conhecidas. As mulheres mais velhas e as adolescentes mais pobres da cidade e que não entram no esquema da prostituição agenciada, servem aos piloteiros dos barcos de turismo (Figura 4).

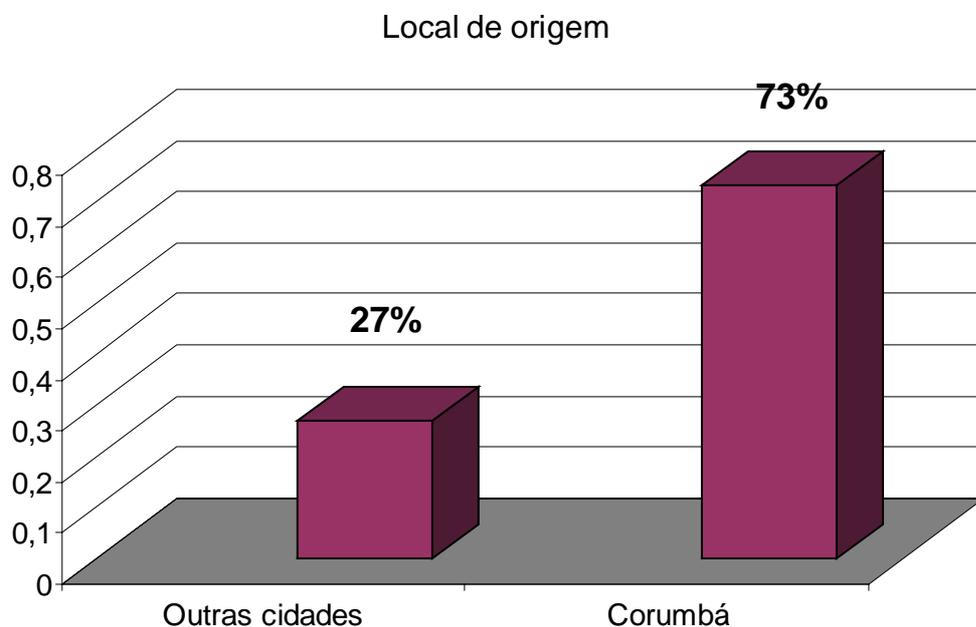


Figura 4 - Gráfico do local de origem das exploradas (fonte: CREIA-UFMS, 2003).

Conforme relataram “alguns barcos já têm um esquema programado com as casas de *show* (wisquerias)” (Figura 5). “Em alguns casos as garotas ficam esperando no porto, em vans contratadas especialmente para transportá-las de volta às casas de *show*. Os turistas são conduzidos até essas casas, nestas vans ou no próprio ônibus das excursões”. Afirmaram que “hoje já existem muitas garotas de Corumbá trabalhando nessas casas de prostituição”.

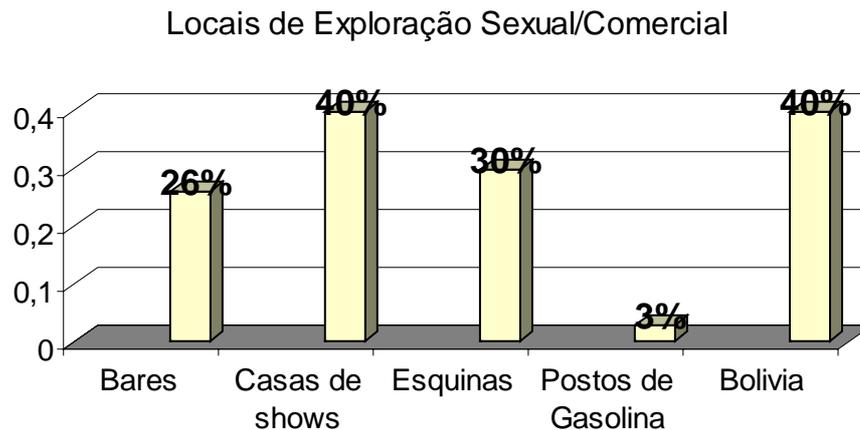


Figura 5 - Gráfico dos locais de exploração sexual comercial em Corumbá (fonte: CREIA-UFMS, 2003).

As áreas de exploração, apontadas na Figura 6 (mapa), fornecido pelo Programa Sentinela, com dados de 2003, indicam os lugares na cidade de Corumbá que ocorrem a exploração sexual de CAS, como as imediações do porto e o centro da cidade, onde funcionam bares, lanchonetes e danceterias e na região onde se encontram as casas de *show*, como são chamadas as casas de prostituição.

Informaram ainda que a exploração pode ocorrer dentro dos próprios ônibus que trazem os turistas, estacionados no porto, pois essas meninas “ficam mais baratas”.

Afirmaram também que “crianças menores de doze anos já estão sendo exploradas por turistas na região do porto, em troca de um cachorro-quente, um lanche, remédios para os pais. Os turistas fazem churrasco perto do antigo prédio da alfândega (Foto 11), ou próximo aos galpões no porto, onde ficam estacionados os ônibus de turismo” (Foto 12). Essa é uma forma de chamar a atenção de crianças e adolescentes pobres e famintos para posterior exploração sexual.

Alguns casos de exploração pelo turismo são facilitados pela figura dos aliciadores, que intermediam o contato entre os turistas e as crianças e/ou adolescentes.

Informaram que muitas lojas, nas imediações do porto, são “fachadas” e servem principalmente para intermediar o comércio sexual. Os barcos-hotel “fecham o negócio antecipadamente”.

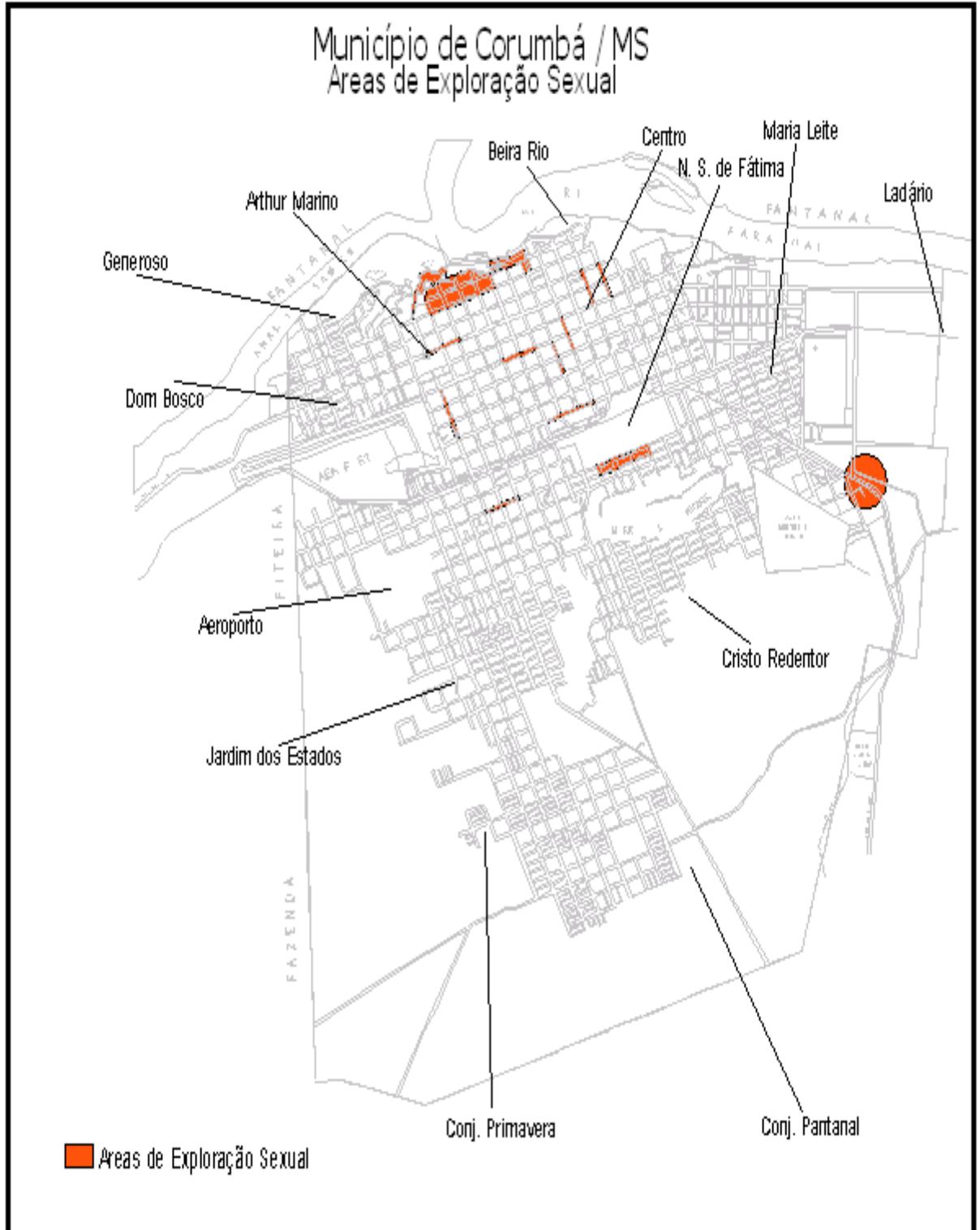


Figura 6 - Mapa das áreas de exploração sexual de crianças e de adolescentes (fonte: Programa Sentinela, 2004).



Foto 11 - Antigo prédio da alfândega situado próximo ao porto (Lomba, 2004).



Foto 12 - Imediações do porto, onde se estacionam ônibus de turismo (Lomba, 2004).

Nos dias em que os barcos chegam costumam ocorrer cenas explícitas de exploração sexual, no porto, em bares próximos, seja de noite ou de dia.

Muitas crianças e adolescentes moram no prédio de uma cervejaria desativada, próximo ao porto em extrema pobreza e ocorre de pais encaminharem as próprias filhas, os informantes usam a expressão “eles mandava agir” (sic). Observaram na entrevistas que algumas dessas crianças/adolescentes não tem o “corpo desenvolvido”.

Afirmaram que os turistas “chegam ao absurdo de convencerem as garotas a fazerem *streep tease* até em lugares públicos, bares próximos”.

Quando indagados sobre a posição do setor público e privado do turismo local com relação a situação da exploração sexual, esses informantes explicaram com suas palavras: “o poder público e privado é aliado, eles fingem não ver o que acontece de verdade, ou até se beneficiam através de propinas e extorsões”. E concluem, “as nossas crianças crescem vendo tudo isso, é muito triste e os turistas sentem-se o dono da cidade”.

Afirmaram também, ao contrário das reclamações do setor privado do turismo local, que “este ano (2004) o turismo de pesca está com o movimento melhor que o ano passado, em junho não havia vagas nos hotéis, agora em julho estão esperando bastante movimento”.

Apontaram que “os empresários, donos dos barcos, das agências, não ajudam as famílias dos roteiros. Quando a temporada acaba, não ajudam com cesta básica, assistência de saúde, sendo que passam muita necessidade. No período em que trabalham, ganham 460 reais fixos, e, às vezes, ganham uma caixinha, em torno de 30 reais, para levar as garotas de programa aos barcos. Algumas operadoras ou turistas sequer dão uma caixinha para o traslado das meninas até os barcos de turismo”.

E concluem relatando que “alguns grupos de turistas vêm todo o ano, já estão acostumados, são do Paraná, São Paulo, Brasília e vêm exclusivamente para a exploração sexual”.

4.4 Análise de casos de exploração atendidos pelo Programa Sentinela

No plano de pesquisa inicial, pretendia-se entrevistar algumas crianças e/ou adolescentes envolvidos em situação de exploração sexual pelo turismo de pesca e também seus responsáveis, com a intenção de conhecer as causas e formas de ocorrência do fato. Para isso, foi elaborado um questionário estruturado com questões abertas e fechadas. Partiu-se para conseguir junto aos órgãos de enfrentamento e que possuem registros de atendimentos de casos dessa ordem, numa das visitas realizadas a Corumbá, os possíveis informantes.

Foram disponibilizados onze casos de exploração sexual, registrados em dossiês específicos junto a um órgão de atendimento, componentes da rede de enfrentamento, dentre estes, dez casos que tratavam de crianças e de adolescentes e um caso de adulto (20 anos), todos eles relacionados ao turismo de pesca. Esses registros ocorreram entre os anos de 2001 e 2004. Contudo não foi recomendado a realização das entrevistas com os explorados e seus responsáveis, sugerindo-se que se fizesse uma análise dos registros, que continham informações sobre o perfil pessoal, socioeconômico e cultural das vítimas e de sua família, além do relato da exploração que levou ao atendimento.

Para corroborar com as constatações identificadas, apresentam-se, no corpo do texto, algumas tabelas, gráficos e mapas cujas fontes, oficiais, serão indicadas oportunamente.

Considerou-se essa análise suficiente para apresentar algumas considerações relevantes no processo do conhecimento da relação do fenômeno da ESCA com o turismo de pesca e suas causas, em Corumbá.

No processo de análise dos dados constantes dos registros de casos de denúncia de exploração sexual de criança e adolescente evidenciaram-se alguns fatores que favorecerem a exploração sexual, tais como: desestruturação familiar, a baixa renda dos explorados, faixa etária e gênero predominante, além dos fatores relacionados à baixa escolaridade.

Constatou-se, durante a análise das fichas de registro das denúncias, que os casos relacionados apresentam, com mais evidência, problemas de desestruturação familiar. A mãe das vítimas, na maioria dos casos, vive com outro companheiro, que não é o pai da criança/adolescente. Os registros demonstram, ainda, que, em alguns casos, os pais são dependentes químicos ou

alcoólatras. Identificou-se um caso relacionado ao abandono da adolescente, quando criança, pela mãe. Para não viver sozinha, juntou-se a um explorador, que fazia parte da rede de exploração, vinculada ao turismo, e que envolvia, inclusive, outras adolescentes.

Esses casos comprovam que a desestruturação familiar, ainda que não se possa afirmar que seja um determinante do ingresso da criança/adolescente na rede de exploração sexual, revela-se como um dos mais importantes fatores de fragilização da criança ou do adolescente. E, conforme Teixeira (2001), articula-se à situação de fragilidade da família, provocada, seja pela pobreza, seja pela violência de suas relações, ou pelas diversas possibilidades de ruptura do grupo familiar.

A questão da renda familiar é outro fator agravante. Os casos analisados identificaram famílias com baixa renda para manutenção da sobrevivência da família, mesmo que dentro dos padrões mínimos exigidos, uma vez que muitas famílias estão à beira da mendicância. Retratam, portanto, a realidade socioeconômica de um país que não conseguiu resolver o problema da distribuição de renda e que concentra sua riqueza nas mãos de uma minoria, enquanto a grande maioria da população sobrevive em condições precárias, muitas vezes, abaixo dos níveis suportáveis de pobreza (Tabela 4 e Figura 7). Em consequência, residem em bairros eminentemente periféricos, bairros esses com pouca ou nenhuma infra-estrutura básica sem áreas de lazer e qualquer outra forma de assistência social (Figura 8 -mapa).

Tabela 4 - Renda da família da vítima de violência sexual em Corumbá

Ref. Sal. Min.	Frequência	%
ND*	109	44.9
0 a 1	55	22.6
1	21	8.6
1 a 3	41	16.9
2	5	2.1
3	2	.8
mais de 2	4	1.6
mais de 2	4	1.6
mais de 3	6	2.5
mais de 3	6	2.5
Total	243	100.0

Fonte: Programa Sentinela, 2004. * Não declarou

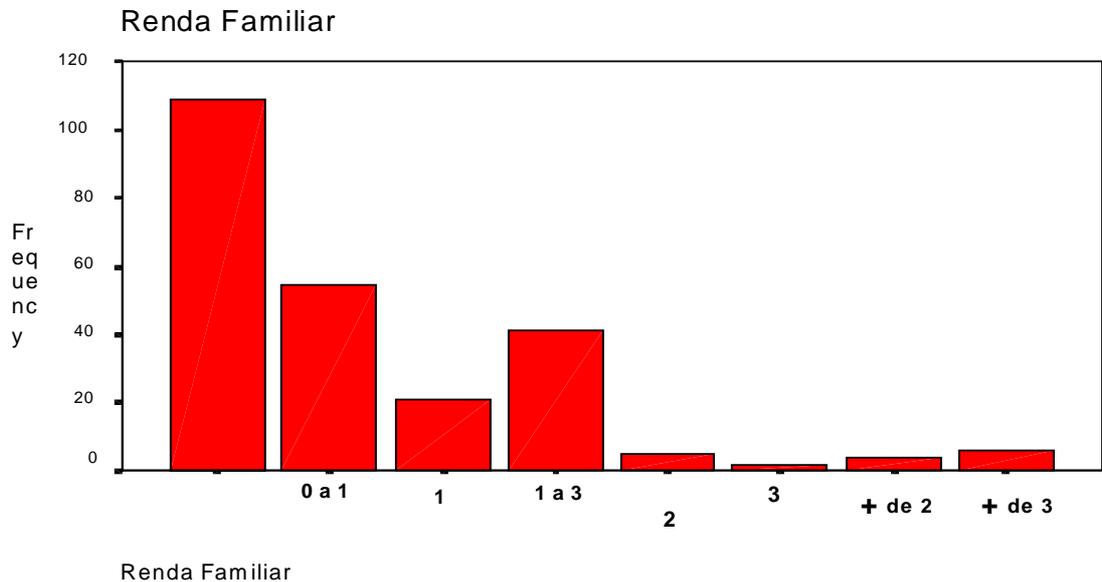


Figura 7 - Gráfico da renda da família da vítima de violência sexual (fonte: Programa Sentinela, 2004).

Observa-se na figura 8, que os locais de residência das crianças e adolescentes explorados coincidem com algumas das áreas de pobreza da cidade, e que os focos de exploração situam-se fora dessas áreas, seja de residência, seja de pobreza.

Outro fator primordial, para a facilitação da exploração sexual de crianças e adolescentes, é o gênero do explorado: em sua maioria absoluta, do sexo feminino. Esta predominância pode ser justificada historicamente, uma vez que a mulher sempre foi mais acomodada à situação de objeto.

A breve passagem pela trajetória corumbaense mostrou como a mulher esteve sempre exposta à exploração sexual, nos momentos de guerra e pós-guerra; no apogeu da fase portuária, que atraía grande contingente masculino nos seus navios, para o trabalho de carregadores do porto, e ainda para servir nas Forças Armadas que se instalaram para proteção da fronteira (Marinha e Exército). Configuram fatores até hoje propícios à exploração sexual, como também, o cais do porto e o casario abandonado.

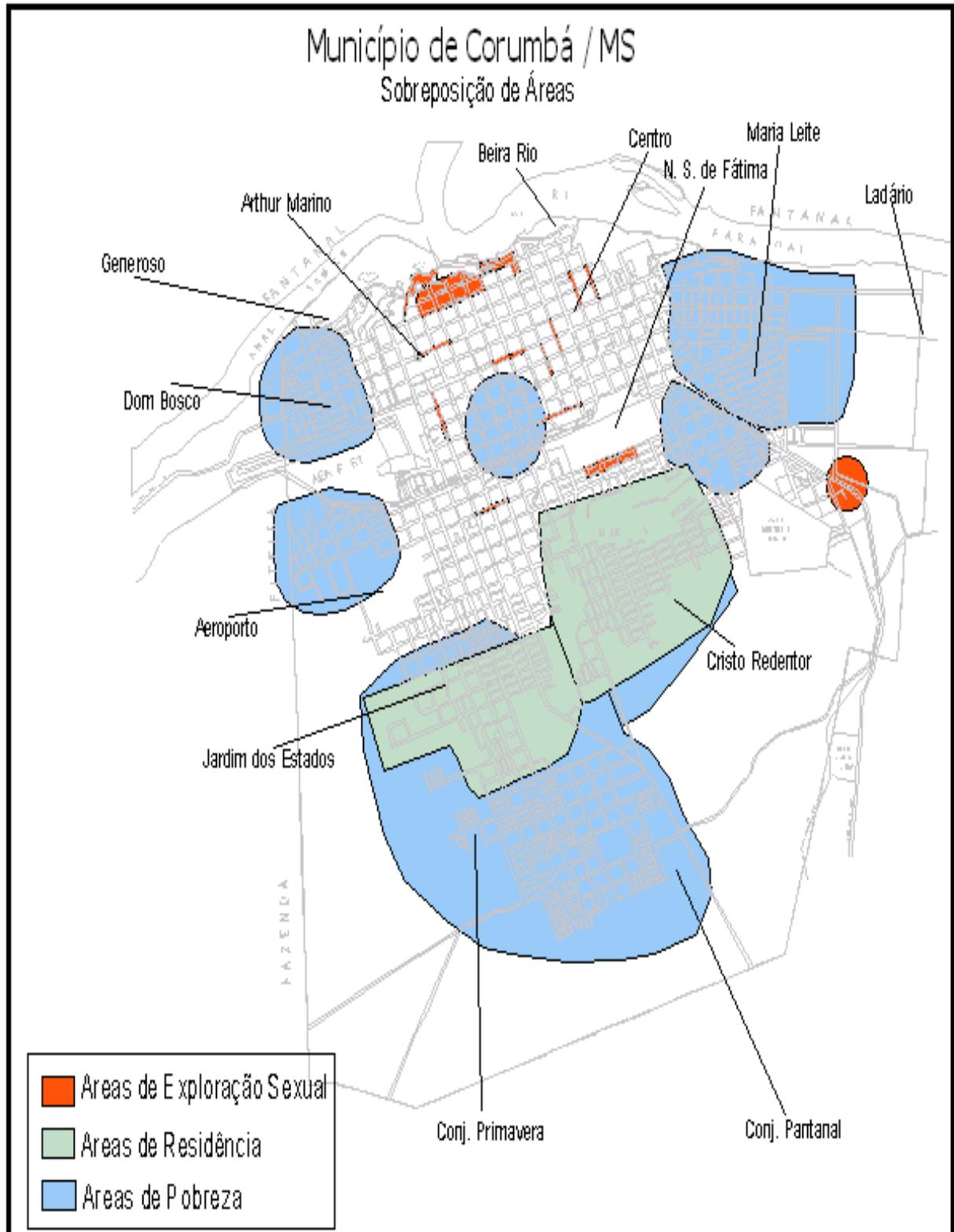


Figura 8 - Mapa de sobreposição das áreas de exploração sexual às áreas de residência e áreas de pobreza (fonte: Programa Sentinela, 2004).

As propagandas na mídia, os folhetos, os álbuns de agências de turismo expõem a mulher jovem, transformando-a numa poderosa isca para atrair turistas que têm como objetivo o turismo sexual.

Talvez, por isso mesmo, todos os casos analisados estejam relacionados ao gênero feminino, confirmando a tendência sexista e machista da sociedade, que ainda faz recair sobre o sexo feminino as conseqüências dessa tendência, que resulta na exploração da mulher, principalmente na exploração sexual de crianças e de adolescentes (Figura 9).

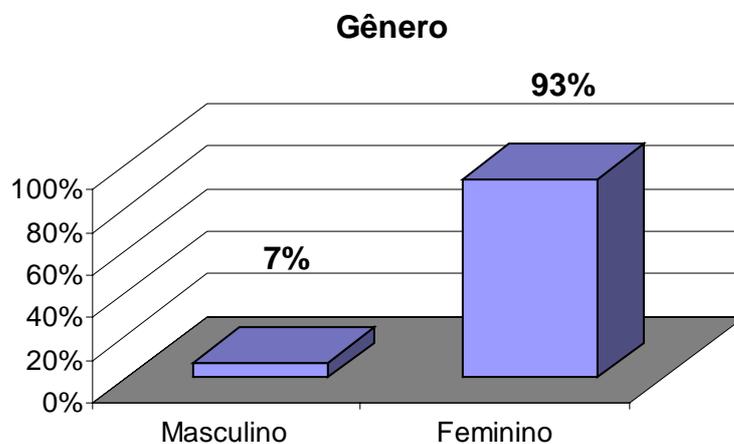


Figura 9 – Gráfico do gênero das CAs explorados sexualmente em Corumbá (fonte: CREIA-UFMS, 2003).

Vê-se, desse modo, reproduzido o modelo de dominação masculina na sociedade machista, assegurando o lugar de subserviência da mulher na configuração da subjetividade, sem que ela tome consciência do seu lugar social.

Entretanto, o que mais impressionou, na análise dos casos registrados, foi a faixa etária em que se encontram as exploradas, ou seja, são adolescentes, com idade que varia entre 12 e 17 anos (Figura 10), uma vez que há apenas um caso de uma jovem adulta de 20 anos. Isto demonstra que a cobiça sexual dos adultos recai sobre adolescentes, cujo corpo está sofrendo as visíveis transformações, provocadas pela puberdade. Opera-se, portanto, uma relação de poder do adulto que se institui sobre esses indivíduos que estão ainda em fase de

transformação, tanto em relação ao corpo, quanto ao psiquismo, fato que se evidencia no comportamento indeciso e até agressivo dos adolescentes.

Teixeira (2001, p. 38) afirma que,

A violência sexual, assume lugar de destaque no contexto cultural das sociedades modernas industrializadas, onde tudo é transformado em objeto de compra e venda. Relações humanas também são mercantilizadas e envolvidas pela cultura da propriedade, submetendo especialmente crianças e adolescentes ao interesse dos adultos, detentores de poder e domínio sobre elas. Na medida em que se trata de abuso de poder do adulto, o problema se inscreve numa dimensão sócio-cultural da sociedade.

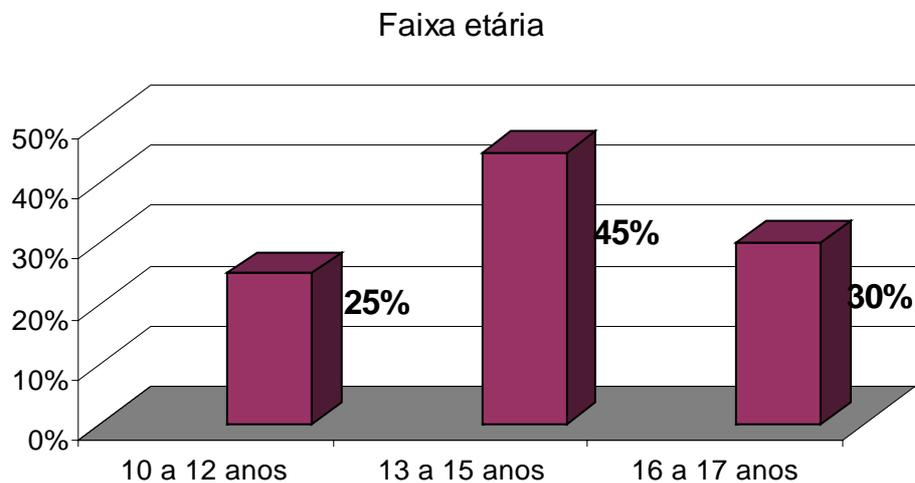


Figura 10 - Gráfico da faixa etária dos explorados (fonte: CREIA-UFMS, 2003).

Os casos analisados revelaram a precária formação escolar das exploradas, que não conseguem concluir o ensino fundamental e encontram-se na sua maioria com o ciclo de estudos paralisado. Uma das adolescentes sequer tinha sido alfabetizada. Os registros mostraram, ainda, que grande parte dessas menores acabam abandonando os estudos precocemente (Figura 11).

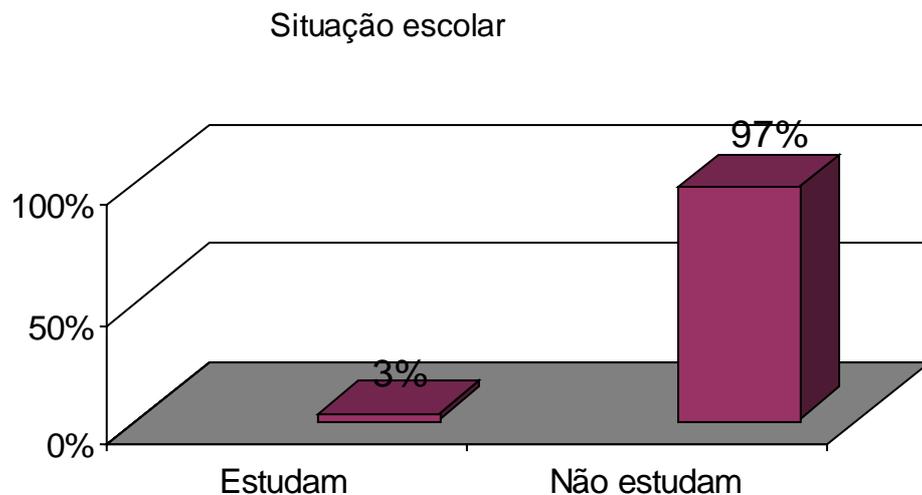


Figura 11 - Gráfico da situação escolar das CAs exploradas (fonte: CREIA-UFMS, 2003).

Tudo isto focaliza a realidade social das adolescentes que muito cedo evadem-se da escola para desenvolver estratégias mais imediatas de sobrevivência, que não exigem nem qualificação, nem condições econômicas. Suas famílias, na maioria, não podem ou não conseguem oferecer a tutela para consolidação de sua formação pessoal e profissional. Sofrem, assim, o impacto da fragilidade da formação familiar e educacional, convivendo, ainda, com o conflito adicional de não corresponderem ao padrão de juventude modelizado pela mídia, fator determinante na constituição de sua identidade (TEIXEIRA, 2001).

Outra questão relevante, constatada nos casos estudados, é a predominância de cor parda, anotada nas fichas das adolescentes exploradas. Essa constatação aponta para a situação de precariedade em que as populações miscigenadas vivem, na comunidade local, o que não é diferente do resto do Brasil, e fruto de uma trajetória histórica de exploração sobre outras etnias, que não a européia, desde a colonização do Brasil.

Dentre os casos analisados, um tratava de uma jovem de 20 anos, portanto já adulta, fugindo ao objeto maior de nossa análise – crianças e adolescentes, pois este caso se apresentou relevante, tendo em vista que narrava, uma denúncia a respeito da presença de adolescentes em uma casa de prostituição,

identificada por “wisqueria”, e que atendia principalmente turistas de pesca. Este caso contribuiu para confirmar e esclarecer com detalhes como a exploração sexual de crianças e de adolescentes se relaciona ao turismo de pesca em Corumbá.

Conforme pesquisa de Andrade (2003), constatou-se que o turismo de pesca leva a Corumbá um público eminentemente masculino a se deslocar de outras regiões do país, para se divertir, e que apresenta o seguinte perfil: são empresários com elevada renda, para os padrões brasileiros e oriundos dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e da Capital Federal – Brasília, principalmente.

Muitos desses empresários já elegeram a cidade de Corumbá como um local fixo, para onde se deslocam, sempre na mesma época do ano, sem se importarem com a abundância ou a escassez de peixe, o que leva à suposição de que, cada vez mais, o turismo de pesca vem cedendo lugar ao turismo de exploração sexual de crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de dois séculos de história se estabeleceu em Corumbá uma comunidade, num primeiro momento, para salvaguardar o extremo oeste do território brasileiro, diante da vulnerável fronteira com a Bolívia, e, mais ao sul, com o território paraguaio.

No entanto, é o rio Paraguai que vai delinear os principais ciclos de exploração econômica nessa região. Isso se deu pelo intenso fluxo de mercadorias que foram transportadas pelo seu curso até a foz platina, no oceano Atlântico, do final século XVIII até as três primeiras décadas do século XX, abastecendo o oeste brasileiro e também escoando boa parte de sua produção.

Porém, não é só de sucesso econômico que a trajetória histórica de Corumbá é construída. Paralelo ao enriquecimento econômico de poucos, que constroem um valioso patrimônio arquitetônico na cidade, cresce uma população desfavorecida.

A partir da guerra com o Paraguai (1867-1870), intensificou-se a imigração de paraguaios, desfavorecidos de todas as condições necessárias à sobrevivência na região, somando-se a eles um grande grupo de viventes anônimos e socialmente marginalizados.

Distante dos principais centros econômicos do país, a população corumbaense se sujeitava e se sujeita, até hoje, a um custo de vida relativamente mais alto do que nas demais localidades do Estado, já que o lugar não tem auto-suficiência na produção de bens, ainda que de ordem primária.

Essa constituição paralela de uma população cada vez mais miserável continua a intensificar-se. Após a segunda metade do século XX, é o ciclo da exploração do minério que traz à cidade grupos de pessoas de outras regiões do país para trabalharem neste setor.

Os ciclos de cheia do Pantanal expulsa ribeirinhos e trabalhadores de fazendas de criação de gado para a cidade, confundindo suas tradições e culturas, e, mais próximo do momento atual, os assentamentos rurais, sem planejamento adequado, têm colaborado na intensificação dos bolsões de

probreza, que leva uma grande parcela da sua população a viver em condições de miséria, à margem de tudo aquilo que se costuma discutir como equidade e justiça social.

Aliado a essas condições, Corumbá faz fronteira seca com a Bolívia, um país muito pobre e com problemas de resoluções complexas, como o comércio e o consumo de drogas, reforçado pelas conexões internacionais que ativam e mantêm o fluxo do narcotráfico.

Em conseqüência desse conjunto de fatos, verificou-se que a reprodução do modelo de sociedade capitalista, construída historicamente em Corumbá, com bases nas desigualdades social e econômica, tornou-se lugar comum à mercê de complexos problemas sociais, como o alto índice de desemprego, as condições precárias de infra-estrutura urbana e os ineficientes sistemas de apoio social representados pela segurança, saúde e educação.

Esses fatores de ordem histórica, socioeconômica e cultural, apontados pelos resultados da pesquisa realizada, dentro de uma proposta descritiva, oportunizou conhecer melhor as causas, ainda que genéricas e não aprofundadas, da fragilidade em que se encontra a cidade de Corumbá, principalmente em relação ao contingente humano, dos processos que levam à qualidade de vida e ao grave fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Com base nessas constatações percebeu-se que o mesmo rio Paraguai que, historicamente, contribuiu econômica e geograficamente para o estabelecimento do lugar-Corumbá, atualmente, seja por sua beleza cênica, aliada às seduções do Pantanal, seja pelas condições de oferta generosa de recurso pesqueiro, contribui para que se transforme em expressivo pólo do turismo de pesca, fonte de renda para alguns, causa de degradação para muitos.

Com uma demanda turística eminentemente masculina, formada principalmente de empresários de grandes centros urbanos brasileiros, com um padrão financeiro superior aos da grande maioria da população brasileira, e, ainda, detendo traços culturais machistas e sexistas, o turista de pesca, que procura Corumbá, encontra, na população socialmente excluída, as condições de oferta propícias para incluir em seus pacotes turísticos, o consumo de sexo, dentro das condições mercantilistas, buscando, nos indivíduos mais jovens, crianças e adolescentes, na sua maioria do sexo feminino, a possibilidade de

exercer poder e realizar suas fantasias sexuais, mediante a exploração sexual, disfarçada em simples atividade de lazer pesqueiro.

Diante desse complexo fenômeno da exploração sexual de crianças e de adolescentes, comprovado estatisticamente pelos registros nos órgãos de atendimento à CA e pelas constantes denúncias feitas pela mídia falada e escrita é que se organizou em torno do problema uma rede de enfrentamento, formada por órgãos governamentais e não-governamentais, conselhos e comissões, que vêm, pelo menos a partir de 1997, buscando combater veementemente esse flagelo social local, que não difere da realidade de outros centros urbanos brasileiros e de outros países tão pobres quanto o Brasil.

Entender o fenômeno em questão fez com que se reconhecesse a importante contribuição dos componentes da rede de enfrentamento à ESCA, em Corumbá, mas também propiciou-se a identificação de sua fragilidade no tocante à articulação, entre esses componentes, bem como a precária estrutura de atendimento às vítimas da exploração sexual, além de uma certa ineficiência nos processos de reinsersão desses indivíduos vulneráveis, numa vida mais saudável e mais justa.

A pesquisa possibilitou a confirmação da evidente relação desse fenômeno com o turismo de pesca em Corumbá e a desarticulação, tanto do setor público quanto do privado, do turismo local, que se mostraram despreparados para a elaboração de propostas de enfrentamento ao fenômeno.

A omissão desses setores do turismo local (público e privado), não respondendo o questionário proposto, quando das visitas a Corumbá, demonstrou o descaso em relação ao problema, ou, no mínimo, subentende-se como a intenção de não mudar a estrutura de exploração sexual, que tem sido vantajosa economicamente para ambos os setores.

A existência do comércio do sexo, associado ao turismo de pesca, pôde ser confirmada pela existência de casas de prostituição bem equipadas (conhecidas localmente como casas de *show* ou *wisquerias*), cujos proprietários reconhecem, na demanda do turismo, sua sobrevivência econômica, de modo que tem atraído considerável número de profissionais do sexo de outras regiões do país.

Com a relativa decadência da pesca, a partir de 2001, em decorrência do caráter predatório da mesma, e o estabelecimento de cotas, como mecanismo de

uma possível ação repressiva, os órgãos da rede de enfrentamento apontam que a exploração sexual a ela associada, reduziu-se relativamente nos anos de 2002 e 2003.

Contudo, a tendência à redução da exploração sexual de CAs atrelada à diminuição da demanda do turismo de pesca, não tem se mantido. Informações colhidas junto à comunidade, apontaram que durante a última temporada, ano de 2004, houve um intenso movimento no turismo de pesca, e nos meses de junho e julho de 2004, a grande maioria dos barcos-hotel, bem como os leitos hoteleiros da cidade estavam com sua ocupação máxima.

Todavia, tendo em vista que o recurso pesqueiro já não se configura como dantes, essas informações levam a pensar que esses fluxos de turistas, entre outras formas de entretenimento, têm se dirigido a Corumbá em busca de sexo com pessoas cada vez mais jovens, elegendo o local para a prática do turismo da exploração sexual de CAs, do que para o turismo de pesca.

Na percepção de alguns entrevistados, estes também associam a exploração sexual de crianças e de adolescentes ao fato de Corumbá ser cidade de fronteira, com pouca fiscalização. Esse fator propicia o trânsito contínuo de meninos e meninas, que vão à Bolívia por conta própria ou levados por aliciadores, para serem explorados sexualmente.

Soma-se a isso, a oferta de droga muito barata, que contribui para a continuidade do fenômeno, pois favorece a convivência dos grupos interessados, que têm, algumas vezes, notável influência na vida social e econômica da cidade.

Com relação ao explorador, as operações especiais das Polícias, bem como as buscas às denúncias pela Delegacia da Infância e da Juventude, não têm sido eficazes na interceptação dos casos, necessitando de reforço nas condições de investigação. O sistema ainda sofre o descrédito da população que aponta um nível de corrupção muito alto nas corporações, o que impede a colaboração mais efetiva com o processo de enfrentamento, dado que chegam a proteger pessoas influentes, envolvidas nesse crime.

Programas como o Sentinela necessitam urgentemente de mais recursos humanos, de apoio jurídico e de estar num Centro de Referência da Criança e do Adolescente, onde os atores da rede de enfrentamento ocupem um mesmo espaço, articulando suas ações (Conselho Tutelar, Saúde, Posto avançado da rede de responsabilização – Promotoria, Juizado, Delegacia).

As Comissões Municipais de defesa dos direitos da CA não têm infraestrutura adequada e seus participantes estão perdendo o interesse pelo enfrentamento à ESCA, uma vez que estes não recebem nenhum incentivo, nem o mínimo de recursos para atuarem nas suas funções.

Percebe-se uma confusão no que diz respeito às atribuições dos atores da rede de enfrentamento, que necessitam de melhor definição de seus papéis na rede, dado que alguns ultrapassam os limites de atuação e outros ficam a desejar quanto ao desempenho de suas atribuições.

As ações de governo não têm funcionado, tendo em vista que não se articulam ou não têm continuidade. Assim, além de gerar o descrédito da comunidade local, torna inviáveis os processos de inclusão social, objetivados por essas ações, mantendo grande parte da população vulnerável ao fenômeno da ESCA.

Não foram identificadas ações integradas, envolvendo a rede de enfrentamento à ESCA, ao setor público e ao privado do turismo, para o desenvolvimento de políticas que visem à mudança do perfil do turista que Corumbá tem recebido, na sua grande maioria, e que tem gerado uma degradação do ambiente social.

Propõe-se como forma de contribuição, um pacto social com a rede de enfrentamento e os setores público e privado do turismo, para a construção de estratégias e políticas que visem à implantação de um novo turismo. Esse novo turismo deve ser voltado às perspectivas do turismo cultural, familiar e ecológico, assumindo as premissas da sustentabilidade, utilizando toda a infra-estrutura turística existente, proporcionando à população condições de emprego e renda, e qualidade de vida para as localidades mais carentes.

Constata-se que é preciso que todos os atores que estão vinculados de forma direta e indireta ao fenômeno da ESCA, bem como ao seu enfrentamento, incluindo-se a sociedade civil, assumam as suas reais responsabilidades e façam com que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja aplicado definitivamente.

Teixeira colabora indicando que o trabalho de erradicação da ESCA deve ser realizado

[...] em diversas dimensões, que extrapola o âmbito da assistência social. Envolve atuação da justiça para defesa dos direitos da criança ou adolescente e culpabilização de adultos exploradores; engajamento da

mídia e setores de comunicação em geral para esclarecimentos e campanhas; discussão ampliada com serviços da comunidade que deveriam atender a essa demanda (escola, centros de convivência, centros de formação profissional, unidades de saúde); conscientização da polícia quanto ao seu papel; mobilização para participação da sociedade civil em instâncias de formulação de políticas públicas (conselhos municipais); atendimento às meninas vitimadas na direção da conquista de autonomia cidadã; produção de conhecimento que subsidie essas ações (p. 130, 2001).

Deve-se, portanto, enfrentar o fenômeno da ESCA através dos vários setores da sociedade, numa perspectiva crítica, que contemple a interpretação dialética da realidade, questionando valores culturais arraigados, fundados numa postura anti-ética e violentadora, que permite a homens adultos abusar sexualmente de crianças e de adolescentes, pessoas ainda em formação, que deveriam, ao contrário, contar com proteção social efetiva, para um desenvolvimento saudável. Esta ação permissiva do adulto explorador condena a menina, que se prostitui, a carregar o estigma da segregação e marginalização social, empurrando-a para um submundo, que ela certamente não escolheria, se tivesse tido a oportunidade de opção.

Por acreditar que a própria denúncia de situações sociais insustentáveis pode contribuir para a busca de alternativas que visem a minimizá-las, procurou-se colaborar com as possibilidades de redimensionamento do turismo. Assim, pode-se dar-lhe feições mais condizentes com as aspirações da sociedade contemporânea, que prevê a inclusão social e a preocupação especial com o bem-estar infanto-juvenil, como uma de suas grandes metas. Dessa forma, o ambiente social e o natural se confluem nas premissas que envolvem o desenvolvimento sustentável.

Resta reconhecer que ainda há muito que se conhecer e se fazer sobre o fenômeno em questão, e que esta dissertação se coloca como um trabalho preliminar a ser desdobrado em outros possíveis estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. *Mato Grosso do Sul: o Universal e o Singular*. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2003. 101 p.

ANDRADE, F. *Diagnóstico do turismo de pesca de Corumbá – MS*. Monografia de Graduação. Corumbá – MS: MSMT/IESPAN, 2003. 39 p.

ANDRADE, S; FIGUEIREDO, A. Corumbá – A histórica majestade fluvial. *Guiatur – revista*, Campo Grande, ano II, nº XI, p. 18-20. 1998.

BALTAR, L.; CLARAS, E. *A relação entre o turismo de pesca e as casas de show no município de Corumbá – MS*. Monografia de Graduação. Corumbá-MS: MSMT/IESPAN, 2003. 36 p.

BANDUCCI JR., A. Turismo da pesca e suas contradições no Pantanal Mato-Grossense. In: BANDUCCI JR., A.; MORETTI, E. C. (Orgs.) *Qual o paraíso? : turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal*. São Paulo: Chronos: Campo Grande: UFMS, 2001. 205 p.

BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas, SP : Papyrus, 1995. (Coleção Turismo). 164 p.

CECRIA (Centro de Referência de Estudos da Infância e da Adolescência), UFMS – Corumbá - MS. *Relatório do Plano de Trabalho: Diagnóstico da exploração sexual/comercial no município de Corumbá, MS*. Corumbá-MS: CECRIA-UFMS, 2003. 39 p.

CORIOLOANO, L. N. A produção da imagem dos lugares turísticos. In: _____ (Org). *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza; FUNECE, p. 96-107, 2003. 340 p.

CORREA, L. S. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso – 1870 – 1920*. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, dezembro de 1980. Corumbá-MS: UFMS 1981. 152 p.

CORREA, V. *Estudos regionais*. Corumbá-MS: UFMS, 1981. 110 p.

DAVIDSON, T. L. O que são viagens e turismo: constituem de fato um setor? In: THEOBALD, W. F. (Org). *Turismo global*. São Paulo: SENAC, 2001. 510 p.

EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo. *Turismo na economia nacional – a revolução silenciosa*. Ministério do Esporte e Turismo: Brasília –DF, 2002. 65 p.

FALEIROS, S.; CAMPOS, J. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração de crianças e adolescentes*. Brasília, DF, 2000. 263 p.

FALEIROS, V. *Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção*. Brasília: CECRIA, 1998. 8 p.

FARIAS, M.; NOGUEIRA, S. Turismo e Emprego em Flecheiras: soluções e dilemas de um canto de sereia. In: CAMURÇA, Sílvia Maria Sampaio (org.). *Dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo no Nordeste*. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, p. 15-25, 2003. 120 p.

GARMS, A. *Pantanal: O mito e a realidade*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1993. 332 p.

GOLDMANN, L. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 197 p.

INNOCENTI, Z.; INNOCENTI, C. *El Salvador – explotación sexual comercial de niñas, niños y adolescentes: una evaluación rápida*. OIT-IPEC. Ginebra, 2002. 74 p.

IRVING, M. Turismo, ética e educação ambiental – novos paradigmas em planejamento. In: IRVING, M.; AZEVEDO, J. (Org.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. 1. ed. São Paulo: Futura, 2002. Cap. 1. P.17-34.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. (tradução Contexto Traduções). São Paulo: Aleph, 2001. 184 p.

LEAL, M.; LEAL, M. de F. (orgs.). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil – Relatório Nacional*. Brasília: CECRIA, 2003. 280 p.

LEITE, J. A exploração das mulheres na dinâmica do turismo sexual. In: CAMURÇA, Sílvia Maria Sampaio (Org.). *Dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo no Nordeste*. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, p. 65-69, 2003. 120 p.

LINS, L. Turismo sexual em Fortaleza: o cenário e os protagonistas de uma história de humilhações e desrespeito. In: CAMURÇA, Sílvia Maria Sampaio (org.). *Dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo no Nordeste*. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, p. 71-79, 2003. 120 p.

MACEDO, J. Sazonalidade e sustentabilidade na pesca profissional de Corumbá. In: ROSSETO, Onélia Carmem; BRASIL JUNIOR, Antonio C. P. (Org.). *Paisagens pantaneiras e sustentabilidade ambiental*. Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 7. Brasília : Ministério da Integração Nacional : Universidade de Brasília, p. 37-56, 2002. 168 p.

MOESCH, M. M. *A produção do saber turístico*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 140 p.

MORETTI, E. C. Atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal. In: BANDUCCI JR., A.; MORETTI, E. C. (orgs.) *Qual o paraíso? : turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal*. São Paulo: Chronos: Campo Grande: UFMS, 2001. 205 p.

OLIVEIRA, T. *Uma fronteira para o pôr-do-sol : um estudo geo-econômico sobre uma região de fronteira*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1998. 148 p.

SANTOS, H. *Crianças violadas*. Brasília: CRAMI (Centro de atenção aos maus tratos na infância), 1991. 192 p.

SWINGLEHURST, E. Contato direto: os efeitos do turismo nas sociedades do passado e nas atuais. In: THEOBALD, W. (Org). *Turismo global*. São Paulo: SENAC, 2001. 510 p.

SWARBROOKE, J. *Turismo sustentável. Conceitos e impacto ambiental*. (trad. Margarete Dias Pulido). 2ª edição. São Paulo: Aleph, 2000. 140 p.

TEIXEIRA, L. *O outro lado do espelho – A exploração sexual sob o olhar de adolescentes prostituídas*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social da PUC – Campinas-SP, 2001. 136 p.

THEOBALD, W. (Org). *Turismo global*. São Paulo: SENAC, 2001. 510 p.

TRIGO, L. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. Campinas, SP : Papyrus, 1998. (Coleção Turismo).

WAHAB, S. E. *Introdução à administração do turismo*. São Paulo: Pioneira, 1977. 230 p.

YÁZIGI, E. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Global, 1999. 190 p.

APÊNDICE

1 Questionários aplicados na pesquisa de campo

**UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DA REGIÃO
DO PANTANAL -UNIDERP
MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CAMPO GRANDE – MS / 2004**

PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO

**TÍTULO: TURISMO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: O CASO DE CORUMBÁ – MS**

**MESTRANDO: Marcos Cesar Lomba – Tel. (67)348-8048/(67)9954-6707
e-mail: maclomba@mail.uniderp.br**

ORIENTADORA: Profª Drª Albana Xavier Nogueira

1. DOS OBJETIVOS

A pesquisa visa conhecer a relação que existe entre o turismo e a exploração sexual na cidade de Corumbá – Mato Grosso do Sul e para isso necessita:

- **Descrever como se organiza a rede de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes e verificar dados relacionados ao turismo no município através:**
 - Políticas Públicas no âmbito municipal e estadual e federal no que se refere à prevenção, proteção, atendimento e responsabilização:
 - Programas/planos e projetos (Sentinela, Conselho Tutelar, CMDCA, Protagonismo Juvenil, PAIR e outras);
 - Rede de responsabilização (Delegacia, Promotoria e Juizado especializados na Criança e Adolescente.

Para tanto, solicitamos gentilmente, que respondam o questionário abaixo para que possamos construir através do trabalho proposto, os caminhos do enfrentamento ao fenômeno da exploração sexual de crianças e de adolescentes que também se relaciona ao turismo na cidade de Corumbá – MS.

Questionário Dirigido aos Programas,projeto e às ONGS

OBS.: Solicitamos, inicialmente, que seja identificado o autor das respostas (nome, cargo/função do órgão/programa que representa)

1. Relatar resumidamente sobre o órgão/programa/Ong quanto ao histórico, objetivos, como funciona, se organiza e se articula com a rede de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Corumbá-MS.
2. Como são selecionados os gestores e/ou colaboradores?
3. Possui um banco de dados das denúncias/atendimento? O que esse banco de dado registra?
4. O programa tem identificado casos de exploração sexual de crianças e adolescentes relacionados ao turismo? Como isso acontece?
5. De que forma tem colaborado ou pretende colaborar no processo de erradicação do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes vinculada ao turismo em Corumbá?
6. Como o setor de turismo público tem colaborado no processo de erradicação do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo em Corumbá?
7. Como o setor de turismo privado tem colaborado no processo de erradicação do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo em Corumbá?
8. No caso do turismo que causas podem ser atribuídas ao fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes em Corumbá?

Questionários dirigidos ao Setor Público e Privado do Turismo Local

Dirigido ao Setor Público do Turismo

OBS.: Ao iniciar a entrevista, verificar o nome correto da secretaria, nome do secretário completo e da pessoa e cargo, de quem estará representando a secretaria na entrevista.

1. Quanto tempo a atual gestão está responsável pela Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo?
2. Qual a avaliação do turismo receptivo em Corumbá antes dessa gestão e hoje?
3. O que representa hoje o turismo de pesca para Corumbá?

4. Diante das novas normas para a pesca a partir de 2005 para a região, como essa gestão tem trabalhado para superar a possibilidade da redução da sua principal demanda turística, o turista pescador?
5. Como o setor privado do turismo tem apoiado o setor público na busca de soluções na possível queda de demanda turística em Corumbá?
6. Como essa gestão vê a relação entre o turismo e a exploração sexual de crianças e adolescentes em Corumbá nos últimos quatro anos (2001 a 2004)?
7. O que essa gestão aponta como causa do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo?
8. De que forma a essa gestão tem trabalhado praticamente na erradicação do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo?
9. Como o setor privado tem colaborado na erradicação do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo?
10. Quais os tipos de resistências encontradas pelo setor público e privado no combate ao fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo?
11. Como tem se dado a articulação dessa Secretaria junto à rede de proteção à criança e adolescente no que diz respeito ao fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo?

Questionário dirigido à Rede de responsabilização

Delegacia, Promotoria e Juizado Especializados em crimes contra a Criança e Adolescente

OBS.: Identificar o entrevistado e o nome correto do órgão que representa

1. Relatar resumidamente sobre o papel do órgão, como funciona, se organiza e articula com a rede de enfrentamento.
2. Como são selecionados os gestores e/ou colaboradores?

3. Possui um banco de dados das denúncias/atendimento/condenações? O que esse banco de dado registra?

4. No caso de denúncias/atendimento aos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes tem sido identificado casos relacionados ao turismo? Como isso acontece?

5. De que forma pode-se verificar o nº de processos/inquéritos/e ou condenações relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo em Corumbá?

6. De que forma esse órgão tem colaborado no processo de erradicação do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo em Corumbá?

7. No caso do turismo que causas podem ser atribuídas ao fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes em Corumbá?

Dirigido ao Setor Privado do Turismo

OBS.: Ao iniciar a entrevista, verificar o nome correto da categoria, nome completo da pessoa e cargo, de quem estará representando esta categoria na entrevista.

1. Quanto tempo existe essa categoria? E essa gestão?

2. Qual a avaliação do turismo receptivo em Corumbá de 2001 a 2004?

3. O que representa hoje o turismo de pesca para Corumbá?

4. Diante das novas normas para a pesca a partir de 2005 para a região, como essa categoria tem trabalhado para superar a possibilidade da redução da sua principal demanda turística, o turista pescador?

3. Como o setor privado do turismo tem apoiado o setor público na busca de soluções na possível queda de demanda turística em Corumbá?

4. Como essa gestão vê a relação entre o turismo e a exploração sexual de crianças e adolescentes em Corumbá nos últimos quatro anos (2001 a 2004)?
5. O que essa gestão aponta como causa do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo em Corumbá?
6. De que forma a essa gestão tem trabalhado praticamente na erradicação do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo?
7. Como o setor privado tem colaborado na erradicação do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo?
8. Quais os tipos de resistências encontradas pelo setor privado no combate ao fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo?
9. Como tem se dado a articulação dessa categoria junto à rede de proteção à criança e adolescente no que diz respeito ao fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo?